

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

PROFESSOR ORIENTADOR:

JOSÉ VIEIRA
MAJOR DE TRANSMISSÕES

Resumo

Característica fundamental da globalização, o desenvolvimento tecnológico associado à actividade mediática trouxe para o domínio da opinião pública mundial acontecimentos outrora longínquos, alertando para a sua existência, alterando a percepção sobre os mesmos e a forma como a eles se reage, podendo, em última análise, mudar o seu curso.

Do lado dos militares, foi óbvia a tomada de consciência da crucial importância do impacto da cobertura mediática sobre as campanhas militares na sua forma mais recente e acutilante, o directo, bem como da inutilidade dos esforços para manter os *media* afastados destes acontecimentos, pelo que se assistiu ao estudo e procura de soluções, não só para a contenção dos efeitos nefastos da cobertura mediática de tom negativo, como para o melhor aproveitamento de outros efeitos sobre a opinião pública doméstica e internacional, e, ultimamente, também sobre adversários e outras audiências.

Este estudo pretende investigar as implicações da difusão noticiosa em tempo-real nas *operações militares*. Procura sobretudo investigar quais as alterações na doutrina das operações militares na perspectiva dos efeitos desta actividade mediática, e de que modo estes efeitos são hoje aproveitados para atingir objectivos militares.

Nesse sentido, estabelecer-se-á inicialmente o estado da arte relativamente aos efeitos dos media, em particular dos *efeitos da difusão noticiosa em tempo-real*, e relativamente às operações militares. Procurar-se-á consecutivamente identificar, através da análise de casos específicos, a forma como esses efeitos podem afectar as operações militares, induzindo os que genericamente podem ser desejáveis ou indesejáveis para o seu planeamento e condução. De seguida, pela análise da mais recente doutrina das operações militares, demonstrar-se-á que os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real são hoje encarados como meios a utilizar para atingir objectivos das operações militares.

Concluir-se-á, como é objectivo do trabalho, sobre a forma como os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real motivaram alterações na doutrina das operações militares. Adicionalmente, sugerir-se-ão propostas para futuras investigações decorrentes das conclusões deste estudo, e que se julgam pertinentes para as FA Portuguesas e para a Defesa Nacional.

Abstract

A paramount aspect of globalization, technological development associated with media activity brought to the domain of world public opinion previously remote events, alerting to their existence, changing the perception and the way people react to them, and in last case, alter its course.

On the part of the military it was obvious the self-consciousness of the crucial impact of *media* coverage of military campaigns in its most recent and sharp form, live coverage, as well as the futility of the efforts to keep the media away from such events, and one has therefore witnessed the study and search for solutions, not only for the containment of the effects of negative media coverage, but also on how to take advantage of other effects on the domestic and international public opinion, and lately also on adversaries and other audiences.

This study aims at investigating the implications of real-time news coverage on *military operations*. It focuses mainly on investigating which changes have occurred in military operations doctrine from the point of view of the effects of media activity, and in what way these effects are used today to pursue military objectives.

The study will start by establishing the *state of the art* concerning the effects of media, notably the *effects of real-time media coverage*, and concerning military operations. Next, through the analysis of specific cases, it will identify the way those effects can affect military operations, inducing the ones that can generally be considered desirable or undesirable to their planning and execution. Consecutively, through the analysis of the most recent doctrine for military operations it will be shown that the effects of real-time news coverage are considered today as a means to achieve military operations objectives.

As it is the purpose of the study, conclusion will show in what way effects of real-time media coverage motivated changes in military operations doctrine. Additionally, proposals will be made for further investigations subsequent to the findings of this study, deemed of pertinence to the Portuguese Armed Forces and National Defense.

Índice

Resumo	I
Abstract	II
Índice	III
Lista de Siglas e Abreviaturas	IV
Introdução	1
I. Media e Operações Militares: O Estado da Arte	8
I.1. Os media	8
I.1.1. A premissa dos efeitos dos media	8
I.1.2. Evolução da teoria sobre os efeitos dos media	8
I.1.3. Efeitos das notícias	10
I.1.4. Negatividade e imediatismo das notícias	12
I.2. As operações militares	15
I.2.1. Natureza dos conflitos armados	15
I.2.2. O espectro das operações militares	16
I.2.3. Doutrina das operações militares	18
I.2.4. A era da informação	19
I.2.5. As operações militares no domínio da informação	23
I.3. Síntese Conclusiva	24
II. O impacto da difusão noticiosa nas operações militares	26
II.1. Casos em análise	28
II.1.1. A difusão noticiosa da campanha aérea	28
II.1.2. Ataque aéreo ao <i>bunker</i> de Al Firdus	29
II.1.3. Difusão em directo de um duelo de artilharia	30
II.1.4. Considerações de planeamento sobre desembarque anfíbio	30
II.1.5. A auto-estrada da morte	31
II.2. Análise	31
II.3. Síntese Conclusiva	34
III. Os media como “instrumento de guerra”	35
III.1. Evolução recente das relações entre militares e media	35
III.2. Evolução doutrinária	39
III.3. Análise	46
III.4. Síntese Conclusiva	51
Conclusão	53
Bibliografia	56

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACE	<i>Allied Command Europe</i>	JTCB	<i>Joint Targeting Coordination Board</i>
AJP	<i>Allied Joint Publication</i>	JWP	<i>Joint Warfighting Publication</i>
ARRC	<i>ACE Rapid Reaction Corps</i>	MC	<i>Military Committee</i>
C2	<i>Command and Control</i>	MD	<i>Military Deception</i>
C2W	<i>Command and Control Warfare</i>	MOD	<i>Ministry of Defense</i>
C3I	<i>C2, Communications and Intelligence</i>	NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
CA	<i>Civil Affairs</i>	NCW	<i>Network-Centric Warfare</i>
Cfr.	<i>Conforme</i>	OPG	<i>Operational Planning Group</i>
CIMIC	<i>Civil-Military Cooperation</i>	OPSEC	<i>Operational Security</i>
CINC	<i>Commander-in-Chief</i>	OTAN	<i>Organização do Tratado do Atlântico Norte</i>
CJCS	<i>Chairman of the Joint Chiefs of Staff</i>	PA	<i>Public Affairs</i>
CNN	<i>Cable News Network</i>	PAO	<i>Public Affairs Officer</i>
CNO	<i>Computer Network Operations</i>	PI	<i>Public Information</i>
COG	<i>Centre of Gravity</i>	PIO	<i>Public Information Officer</i>
CPIC	<i>Coalition Press Information Centre</i>	PPP	<i>Presence, Posture and Profile</i>
CRO	<i>Crisis Response Operations</i>	PsyOps	<i>Psychological Operations</i>
DNMP	<i>DOD National Media Pool</i>	RD	<i>Ratification Draft</i>
DOD	<i>Department of Defense</i>	RMA	<i>Revolution in Military Affairs</i>
EBAO	<i>Effects Based Approach to Operations</i>	ROE	<i>Rules of Engagement</i>
EM	<i>Estado-Maior</i>	RU	<i>Reino Unido</i>
EUA	<i>Estados Unidos da América</i>	SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
EW	<i>Electronic Warfare</i>	SIC	<i>Sistemas de Informação e Comunicação</i>
FA	<i>Forças Armadas</i>	TRADOC	<i>Training and Doctrine Command</i>
FORPRONU	<i>Força de Protecção das Nações Unidas</i>		
FM	<i>Field Manual</i>		
IED	<i>Improvised Explosive Device</i>		
IFOR	<i>Implementation Force</i>		
Info Ops	<i>Information Operations</i>		
INFOSEC	<i>Information Security</i>		
IOCB	<i>Info Ops Coordination Board</i>		
JDCC	<i>Joint Doctrine and Concepts Centre</i>		
JFPIO	<i>Joint Force PIO</i>		
JFC	<i>Joint Force Commander</i>		
JIB	<i>Joint Information Bureau</i>		
JOA	<i>Joint Operations Area</i>		
JP	<i>Joint Publication</i>		
JTWG	<i>Joint Targeting Working Group</i>		

“Aqueles que mais seriamente pensam sobre o futuro da guerra sabem que um dos mais importantes combates terá lugar no campo de batalha mediático.”

Alvin e Heidi Toffler

Introdução

Característica fundamental da globalização, o desenvolvimento tecnológico associado à actividade mediática trouxe para o domínio da opinião pública mundial acontecimentos outrora longínquos, alertando-nos para a sua existência, alterando a nossa percepção sobre os mesmos e a forma como a eles reagimos, podendo, em última análise, mudar o seu curso. No que concerne os conflitos armados, se é verdade que nos primeiros tempos da sua existência, a cobertura jornalística das operações militares constituía sobretudo mero relato factual ou propagandístico dos acontecimentos, parece hoje certo que a partir da segunda metade do século XX, assente no desenvolvimento de um crescente espírito crítico e explorando a evolução tecnológica que nos lança na chamada era da informação, a actividade mediática veio imiscuir-se no cerne desses acontecimentos, tornando-se parte integrante dos mesmos e obrigando doravante os decisores políticos e militares a contarem em permanência com o impacto dessa actividade nas opiniões públicas, primeiro nacionais e mais recentemente internacionais, e consequentemente nos próprios acontecimentos.

Do lado dos militares, foi óbvia a tomada de consciência da crucial importância do impacto da cobertura mediática sobre as campanhas militares na sua forma mais recente e acutilante, o directo, bem como da inutilidade dos esforços para manter os media afastados destes acontecimentos, pelo que se assistiu ao estudo e procura de soluções, não só para a contenção dos efeitos nefastos da cobertura mediática de tom negativo, como para o melhor aproveitamento de outros efeitos sobre a opinião pública doméstica e internacional, e, ultimamente, também sobre adversários e outras audiências aprovadas.

Hoje os media são, muito provavelmente, um “instrumento de guerra”. Tal consideração baseia-se no facto de que vencer os conflitos modernos está tão dependente do apoio da opinião pública doméstica e internacional como da derrota do inimigo no campo de batalha. De facto, pode-se afirmar que o apoio da população e a opinião pública se tornam em muitos casos um Centro de Gravidade (*Centre of Gravity* - COG) das operações militares, enquanto característica ou capacidade da qual deriva a liberdade de acção ou a vontade de combater de uma nação¹. Preservar o nosso COG e neutralizar o do adversário significa, neste contexto, utilizar o instrumento mediático para garantir o apoio da opinião pública doméstica e internacional e condicionar a do adversário.

¹ Conforme (Cfr.) NATO - AAP-6(V) NATO Glossary of terms and definitions, 2006a, p. 2-C-2.

Definição do Objectivo de Investigação

Este estudo pretende investigar as implicações da difusão noticiosa em tempo-real nas operações militares. Procura sobretudo investigar quais as alterações na doutrina das operações militares na perspectiva dos efeitos desta actividade mediática, e de que modo estes efeitos são hoje aproveitados para atingir objectivos militares.

Importância do Estudo

Se é facto que este tema tem sido proficuamente estudado pelos exércitos dos países que mais operações militares conduzem actualmente e que mais directamente sentiram e sentem os efeitos da cobertura mediática nas suas operações militares, como é o caso das Forças Armadas (FA) dos Estados Unidos da América (EUA) e do Reino Unido (RU), o mesmo não se poderá dizer das FA portuguesas que, apesar das recentes experiências no domínio das Forças Nacionais Destacadas², mantêm alguma produção doutrinária sobre o tema, mas fundamentalmente vocacionada para o relacionamento institucional no âmbito das estratégias de comunicação, não especificamente devotada às operações militares³, ou pelo menos, como se verá, bastante menos actualizada no que diz respeito aos objectivos da actual actividade militar de relacionamento com os media⁴. Explicar-se-á talvez este facto, pelas diferenças em alcance e gravidade dos efeitos verificados a nível nacional. É bom notar que a democracia e a consequente liberdade de imprensa têm em Portugal uma tradição bastante mais recente do que nos países considerados.

De qualquer forma, a previsível manutenção do empenhamento de forças nacionais em teatros de operações exteriores torna previsível a possibilidade de acontecimentos capazes de desencadear o súbito e repentino interesse dos media. E se é certo que, em grande parte dos casos e pela adopção de posturas reactivas, parece ser possível exercer um controlo de danos relativamente a efeitos provocados por uma cobertura mediática negativa⁵, também parece ser intuitivo que, pela falta de uma doutrina apropriada, se perdem frequentemente oportunidades de

² Cfr. MACHADO, Miguel e CARVALHO, Sónia - Exército e Imprensa, 2004 p. 67 a 111 e 114, e PEREIRA, Carlos Santos - Guerra da Informação: Militares e Media em Cenários de Crise, 2005, p. 157 a 162.

³ Exceptuando as referências genéricas do Regulamento de Campanha – Operações 05, do Exército Português, que espelham a doutrina das operações conjuntas da OTAN, apenas a Marinha possui uma publicação doutrinária específica sobre relacionamento com os media. Ver EMA - PGA 4: Relacionamento com os Órgão de Comunicação Social, 2006. A Força Aérea possui um manual de relações públicas que não tem estatuto de doutrina mas serve de guia para as relações entre “Imprensa” e a instituição e oferece um grande número de técnicas e procedimentos para lidar com os media. Ver GONÇALVES, Paulo - Sebenta de Relações Públicas: Guia de Relações com a Imprensa para a Força Aérea Portuguesa, 2006. De referir ainda a existência do Plano Geral de Comunicação do Exército para o Triénio 2004-2006, de 7Abr04, vocacionado também para a divulgação e promoção da imagem interna e externa do Exército, e portanto não podendo ser classificado como referência doutrinária para operações militares.

⁴ Saliente-se a actualidade de alguns dos conceitos sobre relações públicas contidos no ME-1500 do IAEM de 1976. A actividade militar que hoje se designa por Informação Pública estava então integrada na área da 5ª repartição intitulada “Assuntos Cívics/Relações Públicas e Operações Psicológicas. Ver EME - ME -1500 5ª Repartição: Assuntos Cívics/Relações Públicas e Operações Psicológicas, 1976. Trata-se no entanto de um manual escolar que perde sua actualidade no actual contexto das operações militares modernas.

⁵ Cfr. MACHADO e CARVALHO - p. 67 a 111.

utilizar esse interesse dos media como facilitador político, estratégico e operacional. Mais do que uma questão de mero relacionamento institucional entre as FA e os Órgãos de Comunicação Social, trata-se de contemplar uma utilização dos media enquanto “instrumento”.

Além do mais, a participação de forças nacionais em teatros de operações exteriores situa-se com predominância no âmbito de operações conjuntas e combinadas, enquadrada em alianças e coligações, em que os países que as lideram, responsáveis pelo desenho das campanhas, incluem nestas as suas orientações doutrinárias e específicas relativamente à utilização do instrumento mediático. Neste âmbito, as FA portuguesas poderão ter oportunidade de utilizar correctamente este instrumento, face à latitude por vezes concedida, quer na prossecução dos objectivos operacionais da campanha, quer inclusive na prossecução de objectivos políticos e estratégicos nacionais.

Delimitação do Estudo

O título do presente trabalho, “As Operações Militares e os Media. A Guerra em Directo e as Implicações na Forma de Combater” sugere a existência de implicações da difusão noticiosa em tempo-real das operações militares, na forma de combater. Procurar-se-á delimitar o estudo atendendo às seguintes considerações: primeiro, que o termo *implicações* indica a alteração de um estado de coisas produzido por uma causa ou em consequência de um conjunto de condições⁶ perspectivando, à partida, uma relação causa-efeito que terá de ser provada; em segundo lugar, e utilizando a expressão “difusão noticiosa em tempo-real dos conflitos armados” como substituta da expressão “Guerra em Directo” utilizada na formulação do tema, considera-se aquela como a actividade de produção e transmissão de relatos informativos de acontecimentos recentes ou correntes, pelos meios de comunicação social, recorrendo à utilização das capacidades tecnológicas actuais que permitem que essas notícias cheguem a grandes públicos de forma quase imediata. Entendeu-se não considerar apenas a capacidade de difusão desses relatos no momento preciso em que o acontecimento tem lugar, mas também à possibilidade de o fazer nas horas e dias imediatamente seguintes a esse acontecimento. Limitar-se-á assim o estudo aos potenciais efeitos desta difusão noticiosa em tempo-real, relativamente a outras formas de cobertura mediática; terceiro, relativamente à expressão “forma de combater”, optar-se-á por abranger, no âmbito da investigação, toda a tipologia e espectro das operações militares, e não apenas o segmento espectral das operações de combate que poderia deduzir-se da expressão considerada. Esta opção baseia-se na percepção de que o interesse dos media sobre uma determinada operação militar se fundamenta mais no valor da notícia em função da sua

⁶ HOUAISS, António - Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, modo interactivo.

importância ou espectacularidade momentânea, do que em função deste ou daquele tipo de operação. Assim, optar-se-á por considerar que “forma de combater” significa os princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio dos seus objectivos, o que corresponde ao termo *doutrina*⁷.

A investigação será ainda delimitada em dois campos. No campo dos media, debruçar-se-á sobre a produção de investigação relativamente aos media comerciais ditos ocidentais, os dos países desenvolvidos, sobretudo democracias representativas com economias de mercado livre, integradas num conjunto mais alargado de relações internacionais, económicas e políticas, de troca, competição, domínio ou conflito. Uma vez que as características da actividade mediática dependem em larga escala do tipo de sociedade em que se desenvolvem, é provável que os media e seus efeitos sejam experimentados de modo diferente em sociedades de características não ocidentais e regimes políticos não democráticos. Assumir-se-á, portanto, o enquadramento da extensa tradição de investigação existente neste tipo de sociedades, uma vez que é também a estas que Portugal pertence. No campo das operações militares, a investigação incidirá, motivada por argumentos semelhantes, sobre as operações militares levadas a cabo por países ocidentais e democráticos. Centrar-se-á sobretudo sobre as operações militares e doutrina dos EUA, RU e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não só porque é sobre estas que existe documentação suficiente para sustentar uma investigação desta natureza, como é relativamente às operações militares levadas a cabo por países ocidentais e democráticos que se fazem sentir determinados efeitos e consequências da actividade mediática.

Metodologia

O percurso metodológico iniciou-se através da realização de pesquisa bibliográfica e documental, e entrevistas exploratórias. Reformulando a questão sugerida no título, à luz do objectivo da investigação proposto e da delimitação efectuada, adoptou-se para o presente trabalho a seguinte questão central:

De que forma os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real motivaram alterações na doutrina das operações militares?

A partir desta questão central levantaram-se as seguintes questões derivadas:

- *Quais os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real?*
- *Qual o impacto desses efeitos sobre as operações militares?*
- *Que alterações se produziram na doutrina militar, em função desses efeitos e impacto?*

⁷ NATO - , p. 2-D-6.

Face às questões levantadas, enunciaram-se as seguintes hipóteses:

- *A difusão noticiosa em tempo-real tem efeitos que afectam as operações militares.*
- *A actual doutrina das operações militares integra as possibilidades da difusão noticiosa em tempo-real como capacidade de produzir efeitos pretendidos.*

Para a verificação das hipóteses enunciadas conduzir-se-á uma análise de bibliografia e documentos, designadamente investigações científicas e académicas de autores nacionais e estrangeiros, procurando estabelecer os efeitos genéricos da difusão noticiosa em tempo-real. De acordo com um modelo de análise de causa-efeito, o estudo de casos específicos permitirá induzir que a difusão noticiosa em tempo-real, aqui tida como causa, provoca, potencialmente, impacto nas operações militares, ou seja um efeito. Finalmente, a análise da produção doutrinária considerada pretenderá comprovar a existência de uma relação causa-efeito entre a utilização da difusão noticiosa em tempo-real e a prossecução de objectivos das operações militares.

Organização e Conteúdo do Estudo

Neste sentido, estabelecer-se-á inicialmente o estado da arte relativamente aos efeitos dos media, em particular dos efeitos da difusão noticiosa em tempo-real, e relativamente às operações militares, no que constitui o seu primeiro capítulo, através de uma recensão de literatura sobre ambos os assuntos. Procurar-se-á, no segundo capítulo, identificar, através da análise de casos específicos, a forma como esses efeitos podem afectar as operações militares, induzindo os que genericamente podem ser desejáveis ou indesejáveis para o seu planeamento e condução. No terceiro capítulo, pela análise da mais recente doutrina das operações militares produzida pelos países e organização considerados, demonstrar-se-á que os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real são hoje encarados como meios a utilizar para atingir objectivos das operações militares. Concluir-se-á, como é objectivo do trabalho, sobre a forma como os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real motivaram alterações na doutrina das operações militares, sugerindo propostas de futuras investigações decorrentes das conclusões do presente estudo, e que se julgam pertinentes para as FA Portuguesas e para a Defesa Nacional.

Corpo de Conceitos

No âmbito desta investigação, é fundamental definir *a priori* o significado dos seguintes conceitos:

Atitude – Sistema persistente de julgamentos, emoções e tendências de acção, que predispõem um indivíduo a comportar-se de certo modo, de forma a atingir os seus objectivos ou propósitos.⁸

Cognição – Aquisição de conhecimento através da percepção. Acto ou processo de conhecer que envolve a atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem.⁹

Comportamento – Acções ou reacções dos indivíduos a estímulos externos ou internos.¹⁰

Compreensão – Faculdade mental por meio da qual o significado é apreendido.¹¹

Comunicação – Processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre uma fonte emissora e um destinatário receptor, no qual as informações, transmitidas por intermédio de recursos físicos ou de aparelhos e dispositivos técnicos, são codificadas na fonte e decodificadas no destino com o uso de sistemas convencionados de signos ou símbolos sonoros, escritos, iconográficos, gestuais ou outros.¹²

Conhecimento – Acto ou efeito de apreender intelectualmente, de perceber um facto ou uma verdade.¹³

Difusão noticiosa em tempo-real – Actividade de transmissão de relatos informativos de acontecimentos recentes ou correntes, pelos meios de comunicação social, recorrendo à utilização das capacidades tecnológicas actuais que permitem que essas notícias cheguem a grandes públicos de forma relativamente imediata.

Doutrina – Princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio dos seus objectivos. É autoritária mas exige julgamento quando aplicada.¹⁴

Efeitos dos Media – Consequências ou resultados do trabalho dos media, ou a exposição a estes, sejam ou não intencionais.¹⁵

Informação – Dados de qualquer espécie não processados, que podem ser utilizados na produção de informações.¹⁶

⁸ NATO - AJP-3.10.1 NATO Psychological Operations Doctrine, 2005, p. GL-1.

⁹ AAVV - [Em linha] - The American Heritage® Dictionary of the English Language. 2004, <http://www.answers.com/topic/cognition>.

¹⁰ NATO - AJP-3.10.1 NATO Psychological Operations Doctrine, 2005, p. GL-1.

¹¹ HOUAISS - modo interactivo.

¹² Idem.- modo interactivo.

¹³ Idem.- modo interactivo.

¹⁴ NATO - AAP-6(V) NATO Glossary of terms and definitions, 2-D-6.

¹⁵ McQUAIL, Denis - Teoria da Comunicação de Massas, 2003, p. 501.

¹⁶ NATO - AAP-6(V) NATO Glossary of terms and definitions, p. 2-I-3

Media – Termo utilizado ao longo do trabalho no seu sentido mais abrangente pretendendo significar as instituições e técnicas pelas quais grupos especializados empregam meios tecnológicos para disseminar conteúdos simbólicos junto de grandes audiências, dispersas e heterogéneas.¹⁷ Sinónimo de meios de comunicação de massas, ou ainda órgãos de comunicação social.

Níveis das Operações Militares – Níveis a que as operações militares são dirigidas, planeadas e executadas correspondendo respectivamente aos níveis estratégico-militar, operacional e tático.¹⁸

Notícias – Forma fundamental da informação corrente sobre acontecimentos públicos, em todos os tipos de media.¹⁹

Opinião pública – Tendência de opinião sobre um assunto de interesse colectivo que consegue afirmar-se durante um determinado período de tempo como opinião dominante na esfera pública, mais precisamente, no espaço mediático, constituindo-se uma importante força de acção política, independentemente do sentimento generalizado ou maioritário da população.²⁰

Percepção – Faculdade de apreender por meio dos sentidos ou da mente.²¹

¹⁷ JANOWITZ, Morris - The study of mass communications, citado por McQUAIL - p. 14.

¹⁸ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), 2006b, p. 2-20.

¹⁹ McQUAIL - p. 506.

²⁰ GONÇALVES, Telmo - Opinião Pública, Media e Estratégia das Potências nas Democracias Modernas, 2002, p. 814.

²¹ HOUAISS - modo interactivo.

I. Media e Operações Militares: O Estado da Arte

Para a compreensão dos capítulos seguintes importa um enquadramento temático preliminar. Procurar-se-á estabelecer estádios de investigação no âmbito dos dois campos indicados no enunciado do tema e sobre os quais se pretende investigar a relação de causalidade aí sugerida.

I.1. Os media

I.1.1. A premissa dos efeitos dos media

Grande parte dos estudos sobre a comunicação de massas baseia-se na premissa de que os media têm efeitos significativos, apesar de existir pouco consenso sobre a sua natureza e alcance. Existem exemplos quotidianos abundantes da existência de uma influência dos media sobre os comportamentos. As pessoas planeiam as suas actividades de acordo com a previsão meteorológica, compram bens e serviços em função da publicidade e do *marketing*, vão ver um filme mencionado num programa de televisão ou num jornal, e reagem de várias maneiras às notícias, a filmes, à música na rádio.

A mente humana está cheia de informação e impressões que derivam dos media. De acordo com Denis McQuail, “vivemos num mundo saturado por sons e imagens mediáticas, onde políticos, governo e empresários operam com a premissa de que sabemos o que ocorre no mundo.”²² Dificilmente se imagina qualquer instância pessoal em que esteja presente informação significativa sem influência dos media ou que estes não tenham contribuído para a formação da opinião.

Existe a certeza de que certos efeitos estão sempre a ocorrer, sem se ser capaz de os ver ou de prever o seu resultado, ou de saber, depois do acontecimento, quanto é atribuível aos media. No entanto, como refere Elihu Katz, “atribui-se à comunicação de massas efeitos bem mais vastos do que os que atestam as investigações empíricas.”²³

É pouco provável que os media sejam a única causa necessária e suficiente de um efeito e é extremamente difícil avaliar a sua contribuição relativa, existindo hoje fortes razões teóricas para esta incerteza.

I.1.2. Evolução da teoria sobre os efeitos dos media

O estudo da comunicação de massas é caracterizado pela existência de variadas perspectivas e abordagens que constituem as suas diversas teorias. Dentro das principais teorias e âmbitos de pesquisa, o presente estudo situa-se no âmbito da teoria sobre os efeitos dos media a que Jérôme

²² McQUAIL - p. 422.

²³ KATZ, Elihu - "A propos des medias et de leurs effets", in Presses universitaires de Grenoble, 1990, citado por BOURDON, Jérôme - Introdução aos media, 2006, p. 33.

Bourdon chama “corrente científica empírica”²⁴ ou que Mauro Wolf classifica como “abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados”²⁵.

Pode dizer-se que o desenvolvimento do pensamento acerca dos efeitos dos media tem sido fortemente influenciado por circunstâncias de tempo e lugar e por factores contextuais, incluindo interesses dos governos e dos fazedores de leis, mudanças tecnológicas, acontecimentos da história, actividades de grupos de pressão e de propaganda, preocupações da opinião pública em cada momento e mesmo resultados e modas da ciência social. Como refere Wolf, “O modo de pensar o papel da comunicação de massa parece estar [...] estreitamente ligado ao clima social que caracteriza um determinado período histórico: às modificações desse clima correspondem oscilações no comportamento acerca da influência dos *mass media*”²⁶.

Desde os anos 30 até aos dias de hoje, os media foram inicialmente encarados como possuindo um poder considerável para formar opinião e crenças, mudar hábitos de vida e moldar comportamentos, tendo sido designados como o “quarto poder”²⁷, existindo hoje uma percepção de efeitos bem mais modestos dos inicialmente considerados e que terão levado alguns autores a considerá-los o “quarto equívoco”²⁸.

Segundo McQuail, os efeitos dos media “não são mais do que as consequências do que fazem intencionalmente ou não”²⁹ e distinguem-se entre **efeitos cognitivos**, que têm a ver com conhecimentos e opiniões, **efeitos afectivos**, relacionados com atitudes e sentimentos e **efeitos sobre o comportamento**. Ao nível das respostas e reacções individuais, estes efeitos funcionam sobretudo de acordo com um modelo comportamental de estímulo-resposta ou condicionamento³⁰, num processo que vai da aprendizagem cognitiva, como efeito mais comum, à resposta afectiva, e até ao comportamento ou acção. No entanto, enquanto que este é o modelo normal para situações de grande envolvimento individual baseado em grande interesse e atenção, num envolvimento individual reduzido, como no caso do visionamento televisivo e da publicidade, a sequência pode ir directamente da cognição ao comportamento.³¹

As actuais tendências de pesquisa apontam no sentido de que os efeitos significativos dos media são produzidos no domínio cognitivo da mente humana e têm um papel fundamental na

²⁴ Idem.- p. 18 e seguintes.

²⁵ WOLF, Mauro - Teorias da Comunicação, 2006, p. 46.

²⁶ Idem.- p. 61.

²⁷ Expressão supostamente utilizada pelo polemista inglês do século XVIII Edmund Burke a propósito do poder da imprensa, a par do das Câmaras dos Lordes, Comuns e da Igreja. Acabou por se tornar um termo convencional no campo dos media. (Ver McQuail, op.cit., p. 508).

²⁸ MESQUITA, Mário - O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea, 2003.

²⁹ McQUAIL - p. 429.

³⁰ Idem.- p. 436.

³¹ Cfr. RAY, M. L., “Marketing communication and the hierarchy of effects” in *New Models for Communication Research*, p. 147-176, P. CLARKE (ed.), Beverly Hills, CA: Sage, cit. por McQUAIL – p. 438.

construção da realidade uma vez que “as audiências constroem para si próprias a sua visão da realidade social”³². De acordo com Mark Fishman, os media “estabelecem as condições da nossa experiência do mundo para lá das esferas de interacções em que vivemos”³³, e portanto terão um papel decisivo na formação do conhecimento sobre os acontecimentos que esta não experimenta directamente. Mauro Wolf fala de uma “crescente *dependência cognitiva* dos *mass media*”³⁴ como forma de experimentar a realidade que não se vive directamente. Mas, no geral, segundo Bourdon, as actuais tendências rejeitam “efeitos globais”, limitam-se a “teorias intermediárias” e “interessam-se por domínios particulares: a violência, a formação da opinião pública, a difusão do saber”³⁵. McQuail conclui que “a diferença, o grau, a durabilidade e a previsibilidade do efeito são incertas, cada uma e no seu conjunto, e têm de ser estabelecidas caso a caso, com possibilidades limitadas de generalização”³⁶.

Não obstante, parece hoje indiscutível que a premissa acima enunciada, permanece verdadeira: os media têm efeitos significativos, embora seja difícil um consenso sobre a natureza e extensão dos mesmos.

I.1.3. Efeitos das notícias

Golding distingue diferentes conceitos de notícias e seus efeitos³⁷. Em termos genéricos explica que os **efeitos** podem ser de **curto** ou **longo prazo**, **intencionais** ou **não intencionais**. Com base nesta teorização, McQuail expõe vários processos causadores de efeitos, muitos dos quais sobejamente reconhecidos por outros investigadores³⁸. No âmbito do presente estudo importa considerar que muitos destes **processos** têm a capacidade de “marcar percepções, manipular as cognições e dirigir o comportamento para obter uma resposta” como na **propaganda**; de serem usados “de forma organizada para se obter uma finalidade persuasiva ou informativa” como na **campanha mediática**; de influenciar a “ordem hierárquica da consciência pública dos assuntos e a atribuição de significado” pela “atenção relativa dada a itens ou assuntos na difusão das notícias” como no **agendamento**; influenciar o público pelo “ângulo das notícias, dos enquadramentos interpretativos e pontos de vista que contextualizam as notícias e a descrição dos acontecimentos” como no **enquadramento**; ou ainda a capacidade de produzir uma “adaptação não planeada das instituições existentes aos desenvolvimentos dos media” como

³² McQUAIL - p. 427.

³³ FISHMAN, Mark – Manufacturing the news. Austin: University of Texas Press, citado por WOLF - p. 144.

³⁴ Idem. - p. 146.

³⁵ BOURDON - p. 55.

³⁶ McQUAIL - p. 453.

³⁷ GOLDING, P. – The missing dimensions: news media and the management of change. London: Sage, 1981, citado por McQUAIL – p. 431.

³⁸ Ver por exemplo WOLF - 139 e seguintes, e BOURDON - p. 55-61.

na **mudança institucional**³⁹. Existem ainda processos editoriais como o *gatekeeping* ou “controlo de entradas”, que determina a selecção do que noticiar ou não noticiar, e com que ordem no alinhamento noticioso, conferindo a este ou aquele assunto uma importância relativa em função de critérios determinados ou impostos pelos editores⁴⁰.

A distinção de Golding relativamente à existência de efeitos planeados e não planeados das notícias é importante porque deixa perceber que existem efeitos que podem ser usados intencionalmente por quem as difunde para atingir um determinado fim. E mesmo que, como atrás se viu, não possa haver lugar a uma generalização do alcance desses efeitos, admite-se que estes têm capacidade para provocar alterações. Esta tomada de consciência permite duas considerações: a difusão de notícias contém uma capacidade potencial de exercer influência planeada, o que torna essa actividade num instrumento de poder; a difusão de notícias contém uma capacidade potencial de provocar efeitos que não se desejam ou não se controlam.

Analisando estes efeitos das notícias, tal como McQuail os descreve, reconhece-se a sua influência considerável na formação e condicionamento da chamada opinião pública, com especial destaque para os efeitos de agendamento e enquadramento⁴¹, ou ainda o efeito da “espiral do silêncio”, conceito desenvolvido e testado desde 1974 por Elisabeth Noelle-Neuman⁴², e que sustenta que a generalidade dos media é criadora de opinião pública.

De acordo com Nuno Goulart Brandão, os media “têm um papel determinante na formação da opinião pública”⁴³. Não se trata de considerar que são os media *per se* que formam a opinião pública. Segundo Wolf, o contributo para a formação da opinião pública advém de “efeitos, em certa medida latentes, implícitos no modo como determinadas distorções na produção das mensagens se reflectem sobre o património cognitivo dos destinatários”⁴⁴, ideia reforçada por Enric Saperas quando afirma que “a definição de opinião pública depende actualmente do estudo dos efeitos cognitivos no sentido em que os media determinam a orientação da atenção pública através da sua influência directa na construção do ambiente social”⁴⁵.

Relembrando o conceito de opinião pública adoptado na introdução, fala-se de uma *tendência de opinião sobre um assunto de interesse colectivo que consegue afirmar-se durante um determinado período de tempo como opinião dominante na esfera pública, mais precisamente, no espaço mediático, constituindo-se uma importante força de acção política,*

³⁹ McQUAIL - p. 431-434.

⁴⁰ Idem. - p. 280-283.

⁴¹ Ver também WOLF - p. 139 e seguintes, e BOURDON - p. 57.

⁴² NOELLE-NEUMANN, Elisabeth - *The spiral of silence: public opinion - our social skin*, 1993.

⁴³ BRANDÃO, Nuno G. - *Prime time: Do que falam as notícias dos telejornais*, 2006, p. 42.

⁴⁴ WOLF - p. 143.

⁴⁵ SAPERAS, Enric - *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*, 1993, p. 90-91.

independentemente do sentimento generalizado ou maioritário da sua população. É importante relevar o aspecto de que a opinião pública se constitui numa importante força de acção política. De facto, ela parece actuar como forma de pressão sobre o poder político. Telmo Gonçalves sustenta este aspecto afirmando que “os seus efeitos sentem-se sob a forma de pressão sobre os processos de decisão”⁴⁶. Assim, não será estranho que os media e “mais concretamente os media noticiosos” se tornem num “aspecto central da actividade de todos aqueles (grupos e indivíduos) que lutam pelo poder ou que, simplesmente, pretendem influenciar os processos de decisão em função dos seus interesses”⁴⁷. Conforme conclui Nuno Goulart Brandão, “Os media, e principalmente a televisão, assumem hoje um papel decisivo no exercício do poder público, visto que são eles que, sobretudo, formatam a mentalidade pública acerca dos assuntos da actualidade”⁴⁸.

Poder-se-á afirmar, portanto, que hoje se considera que os media noticiosos produzem sobretudo efeitos no domínio cognitivo da mente humana pela construção da realidade sobre o que é noticiado, exercendo considerável influência na formação e condicionamento da opinião pública, e que esta poderá actuar como forma de pressão sobre a acção política, mais concretamente por influência sobre os processos de decisão.

I.1.4. Negatividade e imediatismo das notícias

A percepção dos potenciais efeitos dos media, conferiram-lhe, ao longo dos tempos, por um lado uma faceta comercial atractiva que a transformou num negócio lucrativo de larga escala, por outro lado, a referida faceta condicionadora da opinião pública que a transformou num instrumento de poder, levando ao efeito de concentração de propriedade dos media por grupos económicos poderosos e grupos ou personalidades políticas⁴⁹. A pressão dos interesses destes grupos sobre a produção de informação é decisiva no que se refere ao seu conteúdo e momento de divulgação, tendo em vista sobretudo os efeitos que pretendem provocar. A necessidade de captar audiências para satisfazer os interesses comerciais e políticos, centra a produção de conteúdos em torno de critérios como a urgência, primazia, exclusividade e sensacionalismo, e dos chamados “valores-notícia” que McQuail define como “um certo atributo do acontecimento noticioso pensado pelos jornalistas como tendo potencial para transformar os factos numa «história» interessante para a audiência, ou algo que lhe dê uma relevância apelativa”⁵⁰. Estes valores-notícia concentraram a produção noticiosa em dois aspectos que importa aqui considerar:

⁴⁶ GONÇALVES - Opinião Pública, Media e Estratégia das Potências nas Democracias Modernas, p. 815.

⁴⁷ Idem.- p. 815.

⁴⁸ BRANDÃO - p. 17.

⁴⁹ Cfr. CORREIA, Fernando - Jornalismo, grupos económicos e democracia, 2006, p. 9, e THOMPSON, John B. - The media and modernity: A social theory of the media.

⁵⁰ McQUAIL - p. 345.

por um lado, relevam-se as notícias negativas que, de acordo com Fernando Correia, valorizam o diferente, o chocante, o sensacional, o que foge à rotina e à norma e portanto serão mais “capazes de garantir uma melhor satisfação do público e de aumentar as audiências”⁵¹; por outro, ajudados pelos desenvolvimentos tecnológicos ao nível das comunicações, desenvolve-se a necessidade do directo, do tempo-real, levando não só os telejornais a aderirem a este formato, como ao aparecimento de canais de televisão, sobretudo canais de televisão por cabo, exclusivamente dedicados à produção de conteúdos noticiosos em que o instantâneo sobre o acontecimento é pedra basilar. Estes canais estão disponíveis 24 horas por dia para noticiar os acontecimentos em tempo-real ou quase-real, interrompendo, quando necessário, outros programas de forma a manterem a sua vantagem competitiva no negócio da televisão. Símbolo da nova “era da informação” que Alvin e Heidi Toffler caracterizam⁵², em que o conhecimento se torna a base da economia e da guerra, o primeiro canal televisivo por global cabo, a Cable News Network (CNN) nasceu com o lema “Be the First to Know”, seja o primeiro a saber, numa clara aposta no imediatismo da informação.

Existem outras particularidades importantes a salientar nestes dois aspectos das notícias difundidas em tempo-real ou quase real. Segundo Nuno Goulart Brandão, “hoje vemos estabelecida uma cultura do instante em que, num dado acontecimento, interessa mais o que ele possa gerar de espectacular ou de dramático do que o seu sentido, bem como ressalta mais a mera informação do que o conhecimento que essa informação produza”⁵³. O que parece sobressair nesta instantaneidade da informação é o facto de ela não contribuir para o melhor esclarecimento do receptor sobre determinado acontecimento, embora a percepção da experimentação “directa” do mesmo possa fornecer a impressão do contrário. De facto, não existe experimentação directa porque o acontecimento lhe está a ser relatado indirectamente, ainda que em tempo-real, através de imagens e sons captados e transmitidos por meios intermediários. No entanto, tudo quanto se noticia em directo parece mais importante, mais relevante, criando a “ilusão no telespectador de que está em presença de uma informação mais credível e autêntica”⁵⁴

E, no entanto, gerou-se a percepção de que esta difusão noticiosa permanente e em tempo-real condiciona a acção política a um ritmo nunca antes visto. É o que por vezes se chama na gíria “efeito CNN”⁵⁵, numa referência ao suposto poder de influência do já citado canal de notícias e

⁵¹ CORREIA, Fernando - Os jornalistas e as notícias, 2003, p. 147.

⁵² TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, 1993.

⁵³ BRANDÃO - p. 15.

⁵⁴ Idem.- p. 143.

⁵⁵ Conforme PEREIRA - p. 99 a128 e BELKNAP, Margaret H. - The CNN Effect: Strategic Enabler or Operational Risk?, 2001.

de outros que entretanto surgiram⁵⁶. Confrontados com o conhecimento público imediato sobre determinado acontecimento, os decisores políticos são pressionados a tomar decisões rápidas, muitas vezes sem o total conhecimento dos factos, influenciando por vezes directamente sobre o próprio acontecimento. Como refere Ignacio Ramonet, “os *media*, sacrificando tudo à ideologia do directo, do *live*, do instantâneo, reduzem o tempo de análise e de reflexão”⁵⁷, levando a uma compressão do ciclo de decisão política.

Muito do que se atribui a este “efeito CNN” está sobretudo relacionado com a sua influência sobre a condução da política externa dos estados, sobretudo dos que hoje desempenham um papel preponderante na configuração política internacional, chegando ao ponto de se lhe conceder propriedades de incontornável condicionamento profundo e automático da decisão política. No entanto, num estudo sobre a relação entre a difusão noticiosa em tempo-real e a condução da política externa, Nik Gowing conclui, em linha com as actuais tendências da investigação científica, que se atribui a este fenómeno efeitos bem mais vastos do que o seu estudo comprova⁵⁸. Analisando os conflitos da Guerra do Golfo em 1991, da Somália, Ruanda e da ex-Jugoslávia, em aspectos amplamente noticiados em tempo-real e confrontando as decisões políticas tomadas em face desses acontecimentos relatadas pelos que decidiram ou participaram no processo, Gowing conclui que, embora pressionados a actuar ou reagir num tempo bastante reduzido, sobretudo por um elevado efeito de agendamento e pelo enorme escrutínio a que estavam sujeitos, apenas em algumas situações pontuais os decisores políticos se sentiram obrigados a alterar políticas ou a tomar atitudes para alterar situações⁵⁹.

Poder-se-á afirmar, então, que a difusão noticiosa em tempo-real produz efeitos que derivam sobretudo do processo de agendamento e sujeita o decisor a um escrutínio das suas acções. Não significa isto que, só por si, tenha o efeito de condicionar profunda e automaticamente toda a decisão. Significa, por um lado e como vimos acima, que afecta sobretudo o domínio cognitivo dos decisores no sentido quer da construção da realidade sobre os acontecimentos, quer da priorização das situações sobre as quais é preciso agir. Por outro lado, funciona também como um “lobby” permanente sobre a decisão política, reduzindo o tempo dessa decisão, nem sempre a condicionando em conteúdo⁶⁰.

⁵⁶ Como, por exemplo, a Euronews, a Skynews, a BBC World, a Al-Jazeera e em Portugal, a SIC Notícias.

⁵⁷ RAMONET, Ignacio - *A Tirania da Comunicação*, 1999, p. 61.

⁵⁸ GOWING, Nik - *Real Time Television Coverage of Armed Conflicts and Diplomatic Crises: Does it Pressure or Distort Foreign Policy Decisions?*, 1994.

⁵⁹ Idem.- p. 59-62. Também conforme STROBEL, Warren P. - *The Media and U.S. Policies Toward Intervention: A Closer Look at the "CNN" effect*, 2000.

⁶⁰ Ver ainda LIVINGSTON, Stephen - *Clarifying the CNN effect: An examination of media effects according to type of military intervention*, 1997.

I.2. As operações militares

I.2.1. Natureza dos conflitos armados

“A guerra é um acto de violência com que se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer à nossa vontade”⁶¹. Embora os conflitos contemporâneos assumam hoje múltiplas facetas de violência, esta constatação de Clausewitz parece manter a sua actualidade. Os conflitos armados continuam genericamente a ser o exercício da força para a obtenção de um objectivo, seja, como Clausewitz defendia, um objectivo político⁶², ou, como defende Martin Van Creveld, o desejo natural do homem em lutar⁶³. Mas a morte, os ferimentos e as privações continuam os mesmos, independentemente das armas empregues. Permanecem, apesar das evoluções tecnológicas e da globalização, a *fricção*, o *caos*, o *perigo* e o *stress humano*⁶⁴. Como também permanece o fascínio que a violência desperta, pelo seu lado espectacular, que José Rodrigues dos Santos entende “sobretudo quando ocorre à distância e envolve um grande aparato feérico, como tendo uma surpreendente beleza intrínseca”⁶⁵. O mesmo autor entende que a guerra “está envolta numa carga mítica que a sujeita a uma irresistível tendência de romantização”⁶⁶. O exercício da força implica situações chocantes, brutais, trágicas, comoventes, um turbilhão de emoções para quem a vive como para quem a observa. A guerra é um fenómeno tanto social como militar. Afecta toda a sociedade, envolve os mais altos cálculos políticos, concentra todas as atenções. E por mais habitual que ela se tenha tornado nos dias de hoje, continua a ser encarada como uma situação extraordinária.

No entanto, este exercício da força tem sofrido mudanças profundas ao longo da história. Como suporte explicativo das últimas mudanças ainda em curso, inicialmente apelidadas de “Revolução nos Assuntos Militares” (*Revolution in Military Affairs* – RMA) e posteriormente intituladas de “Transformação da Defesa”⁶⁷, encontram-se dois livros do já citado Alvin Toffler, “A Terceira Vaga”⁶⁸ de 1980 e “Guerra e Anti-Guerra”⁶⁹ de 1993. O primeiro livro defendia que, assim como as revoluções da agricultura e industrial tinham provocado uma vaga de transformação nas civilizações humanas (a primeira e segunda vagas), cada uma com a sua economia, política, construção familiar e media, também a presente revolução da comunicação e informação, trazia agora uma terceira vaga de mudança com os seus novos aspectos

⁶¹ CLAUSEWITZ, Carl Von - Da Guerra, (s.d.), p. 29.

⁶² Idem.- p. 36.

⁶³ CREVELD, Martin Van - The art of war: war and military thought, 2000, p. 233.

⁶⁴ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 1-15.

⁶⁵ SANTOS, José Rodrigues dos - A Verdade da Guerra - Da Subjectividade, Do Jornalismo e Da Guerra, 2002, p. 136.

⁶⁶ Idem.- p. 135.

⁶⁷ Ver TELO, António José - Transformação da defesa ou revolução militar?, 2006, p. 15.

⁶⁸ TOFFLER, Alvin - A Terceira Vaga, 1984.

⁶⁹ TOFFLER e TOFFLER - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, op. cit.

civilizacionais. No segundo livro, os autores defendem que a guerra se faz do mesmo modo como se cria riqueza, e portanto, com transição para uma economia de terceira vaga, baseada mais no conhecimento do que nas habituais matérias-primas e na força laboral⁷⁰, também se opera uma transformação na natureza da guerra, ou pelo menos uma transformação no exercício da força, baseada nos mesmos princípios.

Como os próprios autores indicam, o seu primeiro livro despertou um interesse muito particular nos corredores do Departamento de Defesa norte-americano (DOD), que encarregariam um grupo de trabalho de “reconceptualizar a guerra” face à “Terceira Vaga”⁷¹. Julga-se ter iniciado aí a produção doutrinária que reflecte esta primordial importância da informação e do conhecimento na forma de fazer a guerra, embora, como defende António Telo, os primeiros passos desta transformação da defesa tenham sido dados inconscientemente ainda no final da 2ª Guerra Mundial, com a fusão entre a electrónica e as armas convencionais em 1943, dando origem às primeiras armas inteligentes⁷². De acordo com o mesmo autor, e corroborando a perspectiva de Toffler e Toffler, “vivemos hoje a fase final da mudança da actividade militar típica da Idade Industrial, que já pertence ao passado, para a da Idade da Informação, que ainda pertence ao futuro”⁷³.

I.2.2. O espectro das operações militares

O exercício da força, e mais concretamente o emprego da força militar não é, no entanto, exclusivo das situações de guerra. Hoje pode-se testemunhar um crescente emprego da força militar em situações de resposta a crises emergentes, em desenvolvimento, ou em fase de resolução, onde, embora que se empreguem forças militares para atingir um determinado objectivo não se recorre ao uso da violência efectiva, ainda que, em última instância, essa possibilidade esteja presente.

As operações militares envolvem o posicionamento e a manobra de forças e sistemas de armas num espaço que se designa por ambiente operacional e que compreende, tradicionalmente, a terra, o mar, o ar e o espaço. Envolvem ainda as actividades de Comando e Controlo (*Command and Control* – C2) que incluem a tomada de decisões conducentes às acções dessas forças e sistemas de armas. Ao ambiente operacional tradicional acrescenta-se hoje o ambiente de informação que mais à frente se caracterizará.

⁷⁰ Idem.- p. 5.

⁷¹ Idem.- p. 10.

⁷² TELO - p. 16.

⁷³ Ibidem.

O espectro das operações militares considerado compreende três categorias: a paz, a crise e a guerra⁷⁴. Em cada uma delas as forças militares intervêm em função dos objectivos e finalidades a atingir utilizando os meios de coacção de diferentes formas, mas fazendo uso, ou a ameaça do uso da força em todo o espectro. Podem assim definir-se situações desde a resposta a crises a operações de guerra, fazendo uso de operações de combate e não combate. Dentro deste espectro, poderá considerar-se uma tipologia de operações militares, como a preconizada pela OTAN após a publicação do Conceito Estratégico, em Abril de 1999, que divide operações de Defesa Colectiva e Operações de Resposta a Crises (*Crisis Response Operations* - CRO)⁷⁵.

No entanto, hoje, torna-se difícil caracterizar uma operação militar numa tipologia única. Assim, o mais recente manual doutrinário de referência da OTAN, o AJP-01(C) (RD), ainda em fase de ratificação, refere que o “carácter de uma campanha poderá ser difícil de definir com precisão e é provável que mude ao longo do tempo. Provavelmente consistirá numa grande variedade de actividades transversais a todo o espectro do conflito”⁷⁶. Não obstante, entende que se podem identificar “temas” de uma campanha que farão a distinção de uma operação militar de acordo com o nível de **risco político** envolvido, o que inclui risco de baixas, o **efeito procurado**, directamente relacionado com o estado-final estratégico, o **carácter do combate**, definido por prevalência, escala e intensidade, e o **tipo de adversário**, definido pela sua natureza e número⁷⁷. Poder-se-á dizer que as operações militares diferem nos objectivos, no volume de forças e meios empregues, na forma como estas forças e meios são empregues e nas consequências que produzem nos indivíduos, estados, sociedades ou mesmo na configuração política internacional. Como tal, nem todas as operações militares têm a mesma importância política, despertarão o mesmo interesse, ou estarão sujeitas ao mesmo escrutínio por parte da comunidade internacional. Mas, em última análise, todas elas têm o potencial para, a qualquer momento, concentrarem em si uma grande atenção mediática.

Importa sublinhar que nas democracias ocidentais se mantém hoje a relação preconizada por Clausewitz entre a utilização da força e o poder político, havendo uma forte relação de subordinação do emprego das forças militares aos decisores políticos⁷⁸. Como se verá mais adiante, as transformações desta idade da informação, permitem ao decisor político uma intervenção directa na condução das operações militares nunca antes possível.

⁷⁴ EME - Regulamento de Campanha: Operações, 2005, p. 2-12.

⁷⁵ Idem.- p. 2-11.

⁷⁶ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 1-14.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ CLAUSEWITZ - p. 46.

As operações militares desenvolvem-se no contexto estratégico que as determina e que por sua vez as influencia. Como refere o AJP-01(C), “o ambiente estratégico tornar-se-á crescentemente mais dinâmico e complexo”, identificando “um número de factores que influenciam ou causam mudança”⁷⁹. Um desses factores, a *globalização*, chama atenção para o potencial de conflito causado pela difusão noticiosa em ciclo de 24 horas, na fomentação do choque de valores e culturas e no conseqüente descontentamento dos menos favorecidos⁸⁰. Outro factor, o *impacto da tecnologia*, releva oportunidades e ameaças que surgem com as tecnologias da informação e da comunicação, com a nanotecnologia e a biotecnologia e que possibilitam, não só à Aliança novas formas de emprego da força, como a potenciais adversários “desenvolverem meios não convencionais eficazes para ataques directos e indirectos”⁸¹. É também em consequência destes factores que influenciam ou causam mudança que a doutrina militar evolui.

I.2.3. Doutrina das operações militares

Como se salientou na introdução, o termo *doutrina* é definido pela OTAN como os “princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio dos seus objectivos. É autoritária mas exige julgamento quando aplicada”⁸². Assim, o propósito da doutrina militar é fornecer às FA um enquadramento orientador para a condução das operações militares. Pretende-se, portanto, que esta faça face às necessidades de planeamento e condução das operações militares contemporâneas, pelo que lança mão dos ensinamentos do passado e perspectiva os desafios do futuro próximo numa tentativa de apontar a melhor forma de as planear, dirigir, conduzir e sustentar. Porque o passado recente oferece constantemente novos ensinamentos e as mudanças do presente perspectivam desafios para o futuro, a doutrina está em constante evolução procurando cumprir o seu propósito.

É portanto natural que a produção de doutrina seja preocupação fundamental por parte de quem mais necessita dela, ou seja, por parte das forças militares que perspectivam uma continuada e frequente participação em operações militares esperando obter o máximo de sucesso na prossecução dos seus objectivos. No âmbito deste trabalho tomou-se como referência a doutrina militar produzida pela OTAN e pelas FA dos EUA e RU, não só pelas razões apontadas na introdução relativamente às características específicas das sociedades ocidentais, como também porque cabem àquela organização e países o lugar de destaque da participação em operações militares que lhes permitem colher os ensinamentos do passado recente, e a centralidade na configuração política internacional que obriga a perspectivar os desafios do

⁷⁹ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 1-2.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 1-3.

⁸² Vide p. 6.

emprego de forças militares do futuro próximo. Portugal, enquanto membro da OTAN, tem interesses óbvios no acompanhamento dos desenvolvimentos doutrinários desta organização.

Actualmente reconhece-se ampla produção doutrinária desta organização e países, o que permite identificar a tendência actual dos princípios fundamentais que orientam hoje, e orientarão, no futuro próximo, o emprego da força militar. Alguns desses princípios fundamentais derivam em grande parte, como se disse, do acumular de experiências passadas, da visão de comandantes, estratégias e outros teorizadores do exercício da força, e têm tendência a manterem-se válidos ao longo dos tempos, variando normalmente, dependendo da época, o relevo de uns sobre os outros. Esses, pese embora a redundância, designam-se normalmente por *princípios das operações*, e incluem, por exemplo, a *iniciativa*, a *flexibilidade*, a *economia de esforços*, a *simplicidade*, a *surpresa* e a *segurança*⁸³. Importa aqui relevar para futuras considerações, o princípio da segurança. Nas operações militares procura-se “manter a liberdade de acção pela limitação da vulnerabilidade às actividades hostis e ameaças”. Para este propósito, são tomadas medidas para “negar informação crítica a um adversário”⁸⁴. É, portanto, natural que as operações militares sejam rodeadas de medidas de segurança que impeçam a revelação pública da informação considerada crítica⁸⁵.

Se é verdade que alguns destes princípios se mantêm constantes, outros poderão evoluir, transformar-se ou inclusive nascer, de acordo com as mudanças mais profundas do exercício da força. Procurar-se-á focar, de seguida, alguns aspectos significativos das actuais mudanças.

I.2.4. A era da informação

Retomando o ponto inicial desta abordagem às operações militares, defende António Telo, que o domínio da informação, terá revelado a sua crescente importância ainda no decurso da 2ª Guerra Mundial pelo surgimento de “uma simbiose nova entre o domínio da informação, a estratégia global e o controlo da alta tecnologia”⁸⁶. No entanto, apenas mais recentemente houve consciência que os grandes avanços da tecnologia, sobretudo no campo dos Sistemas de Informação e Comunicação (SIC), trariam grandes transformações às sociedades. De acordo com o mesmo autor, a Guerra do Golfo em 1991, evidenciou duas novas capacidades – o controlo da informação e as armas inteligentes – que “tornam possível usar a força militar de forma pontual e controlada” dando a impressão que a guerra poderá doravante ser conduzida “com ataques cirúrgicos e danos colaterais mínimos”⁸⁷. Essa impressão transformou-se numa pressão sobre os

⁸³ EME - Regulamento de Campanha: Operações, Cap. I, p. 2-8 a 2-10 e NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 2-23.

⁸⁴ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 2-24.

⁸⁵ Responsabilidade de uma actividade militar específica designada por Segurança das Operações (OPSEC).

⁸⁶ TELO - p. 17.

⁸⁷ Idem.- p. 27.

decisores políticos e comandantes militares, em grande parte devido ao escrutínio da cobertura noticiosa dos media.

Alvin e Heidi Toffler entendem que estas transformações são tais que correspondem, nas regiões do globo onde elas acontecem, ao despontar de uma nova civilização, uma vez que todas as dimensões da sociedade – a tecnológica, a vida familiar, a religião, a cultura, a política, os negócios, a hierarquia, a liderança, os valores, a moral sexual e a própria epistemologia – estão a sofrer mudanças rápidas e radicais⁸⁸. Para estes autores, esta civilização que agora nasce, “atinge a dominação baseada nas novas formas como cria e explora o conhecimento”⁸⁹. Estas transformações atingem de forma dramática o domínio militar. Mais do que a introdução de uma inovação tecnológica como a pólvora, o carro de combate, o avião ou o submarino, trata-se de uma transformação que obriga a mudanças simultâneas, da tecnologia e cultura à organização, estratégia, tática, o treino, logística e, claro, a doutrina⁹⁰.

É claro que a informação tem estado desde há muito no cerne das operações militares. Para Norman Dixon “a guerra refere-se, em primeiro lugar a duas espécies de actividades: a libertação de energia e a comunicação de informação”⁹¹. Os que possuíram capacidade superior para obter, compreender e controlar a informação tiveram sempre vantagem substancial na tomada da decisão. Clausewitz afirma “três quartas partes das coisas, sobre as quais a guerra tem de ser calculada, estão mais ou menos escondidas por nuvens de grande incerteza”⁹², sublinhando a vital importância da informação na decisão. O que defendem Alberts, Garstka, Hayes e Signori é que os recentes avanços tecnológicos possibilitam a redução desse “nevoeiro”, a que Clausewitz se refere e, portanto, a redução da incerteza e o aumento do conhecimento, permitindo reduzir os elevadíssimos custos do erro inerente à decisão militar⁹³. Essas possibilidades advêm sobretudo de uma extraordinária capacidade de obter, processar e partilhar informação, permitida pelos SIC. Por isso, assume hoje capital importância a manipulação do ambiente de informação, que, como se tinha visto anteriormente, se adicionou ao tradicional ambiente operacional.

Para perceber como a informação afecta a capacidade de conduzir operações militares é necessário reflectir principalmente sobre os três domínios que constituem o ambiente de informação⁹⁴: o domínio físico, o domínio da informação e o domínio cognitivo. É nestes três domínios que homem e tecnologia observam, orientam, decidem e actuam com base na

⁸⁸ TOFFLER e TOFFLER - *War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century*, p. 21.

⁸⁹ *Idem.* - p. 22.

⁹⁰ *Idem.* - p. 32.

⁹¹ DIXON, Norman - *A Psicologia da Incompetência dos Militares*, 2005, p. 31.

⁹² CLAUSEWITZ - p. 64.

⁹³ ALBERTS, David S., [et al.] - *Understanding Information Age Warfare*, 2004, p. 37.

⁹⁴ NATO - AJP-3.10 *Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft)*, 2006c, p. 1-1.

informação, e é por isso o principal ambiente da decisão⁹⁵. Adoptamos a seguinte conceitualização sugerida por Alberts, Garstka, Hayes e Signori (Fig. 1).⁹⁶

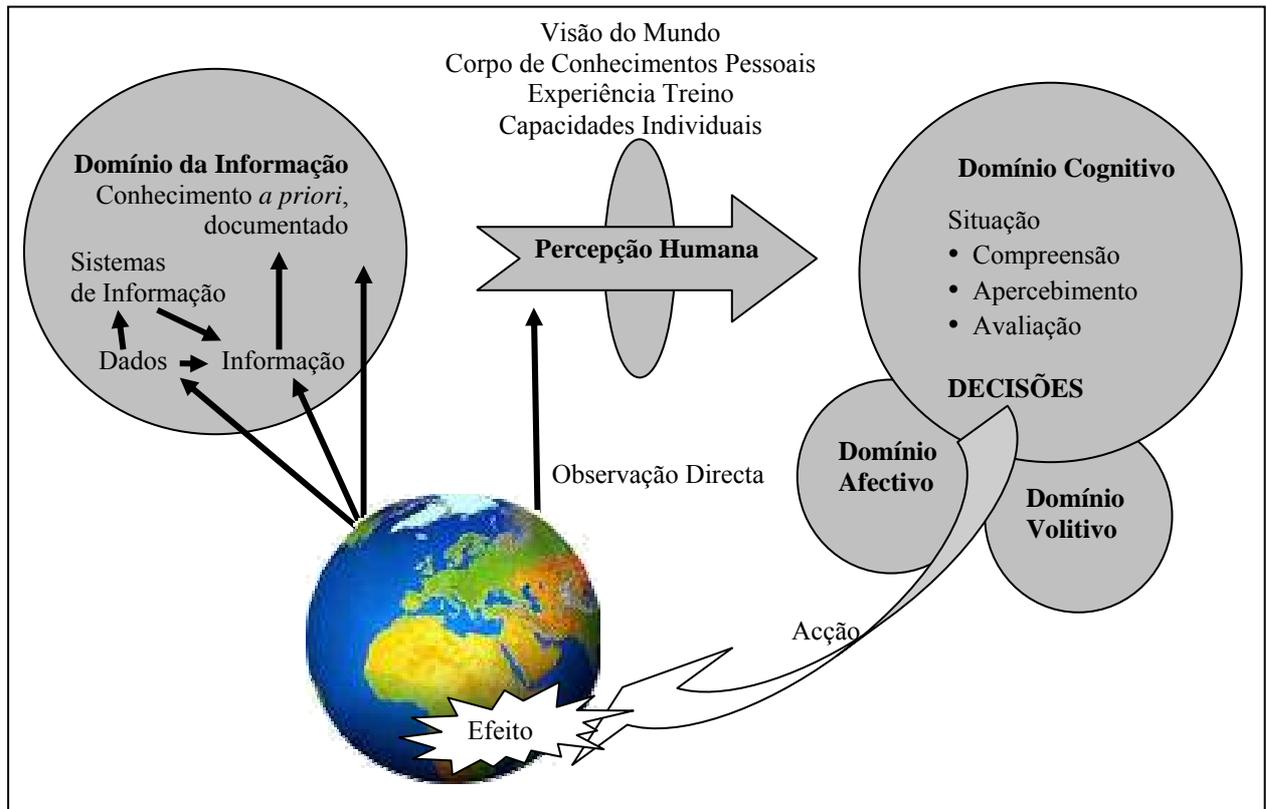


Figura 1 - Os domínios do ambiente da informação (Adaptado de: Alberts, David S., [et al.] – Understanding information age warfare, p. 11).

O domínio físico é o lugar onde existe a situação que o decisor procura influenciar. É o domínio onde acontece o posicionamento e manobra das forças e sistemas de armas nos ambientes terrestre, aéreo, marítimo e espacial. É o domínio onde residem as plataformas físicas e as redes de comunicações que as ligam. É o domínio da realidade do terreno onde existe o potencial de combate.

O domínio da informação é onde existe a informação. É o domínio onde a informação é criada, manipulada e partilhada. É o domínio que facilita a disseminação da informação entre os combatentes. É o domínio onde o C2 das forças militares actuais se exerce, através do qual a intenção do comandante é transmitida. A informação que existe neste domínio pode ou não reflectir a realidade no terreno. Com a excepção da observação directa, toda a nossa informação sobre o mundo provém e é afectada pela nossa interacção com o domínio da informação, e é através dele que comunicamos com outros. Se este domínio for partilhado da mesma forma entre um número de indivíduos, ter-se-á conseguido uma informação partilhada que tenderá a produzir

⁹⁵ Ciclo também conhecido pela expressão “OODA loop” ou “ciclo de Boyd”. Ver ALBERTS, [et al.] – p. 22.

⁹⁶ ALBERTS, [et al.] - p. 10 a 30.

uma percepção e compreensão partilhadas e logo produzirá uma melhor sincronização das acções e efeitos. É a lógica que serve de fundamento ao conceito emergente de Operações Centradas em Rede (*Network-Centric Warfare* - (NCW)⁹⁷. Consequentemente, deverá ser cada vez mais o domínio da informação que deve de ser simultaneamente protegido e atacado.

O domínio cognitivo situa-se na mente dos participantes. É o lugar onde as percepções, o apercebimento, a compreensão, crenças e valores residem e onde, em resultado do discernimento, as decisões são tomadas. Este é o domínio onde muitas batalhas se perdem ou se ganham, o domínio dos factores intangíveis – liderança, moral, coesão, nível de treino e experiência, percepção situacional e opinião pública. É o domínio onde a compreensão da intenção do comandante, da doutrina, das tácticas, técnicas e procedimentos residem. Todo o conteúdo do domínio cognitivo passa por um filtro que se designa por percepção humana. Este filtro consiste na visão pessoal do mundo, o corpo de conhecimentos pessoais, a experiência, o treino, valores e as capacidades de cada indivíduo. É claro que o domínio cognitivo coexiste na mente humana com os domínios das outras duas funções mentais: os afectos e as vontades. Nos domínios afectivo e volitivo reside um potencial de interferência com a decisão puramente cognitiva ou racional. A satisfação de necessidades biológicas e sociais pode provocar distorção ou influência no processo de decisão, por emoção ou motivação⁹⁸. Manter-se-á, no entanto, que a decisão militar tenderá hoje a ocorrer desejavelmente no domínio cognitivo, com um mínimo de interferência dos restantes domínios da mente humana, embora se reconheça que a acção subsequente implica não só a existência da capacidade para a desencadear, mas também a vontade para o fazer.

As acções têm lugar no domínio físico. São desencadeadas pelas decisões tomadas no domínio cognitivo que são inteiramente traduzidas em acções ou que foram transportadas através do domínio da informação até outros. As acções produzem normalmente um efeito no domínio físico. Mas também podem, como se verá, produzir efeitos directamente no domínio da informação.

É, portanto, adequado afirmar que a informação influi na capacidade de conduzir operações militares pela forma como afecta a decisão dos comandantes e a sincronização das acções e efeitos que delas derivam. E por isso, “existem ganhos substanciais na capacidade de afectar o fluxo de informação de ou para um decisor”⁹⁹. Como se verá de seguida, existem actividades militares destinadas a afectar o domínio da informação.

⁹⁷ ALBERTS, David S., [et al.] - *Network Centric Warfare: Developing and Leveraging Information Superiority*, 2000.

⁹⁸ DIXON - p. 36

⁹⁹ NATO - AJP-3.10 *Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft)*, e EME - Regulamento de Campanha: Operações, p. 1-2.

I.2.5. As operações militares no domínio da informação

A crescente complexidade do ambiente operacional e a crescente compreensão da importância do domínio da informação aliada à precisão permitida pelos avanços tecnológicos foram os motores para a adopção de uma nova abordagem às operações militares baseada em efeitos¹⁰⁰ (*Effects Based Approach to Operations* - EBAO). Nos mais recentes desenvolvimentos doutrinários, procura-se assegurar que as operações militares contribuam para criar os efeitos necessários ao atingir dos objectivos políticos que as determinam¹⁰¹. Um efeito é descrito como o “resultado de uma acção, conjunto de acções ou de outro efeito”¹⁰². Esta abordagem às operações baseada em efeitos envolve a completa e integrada utilização de todos os meios de poder, tanto militares como não militares, no sentido de criar o efeito que atinja os resultados pretendidos. Contempla actividades que provocam efeitos letais e não-letais. É uma mudança da abordagem baseada em objectivos e nas actividades levadas a cabo para os atingir que rege ainda a doutrina em vigor.

É certo que também desde há muito existem actividades militares vocacionadas para criar efeitos nos domínios cognitivo, afectivo e volitivo das populações e exércitos adversários. Conhecem-se desde há muito os efeitos da decepção, propaganda e das Operações Psicológicas (*Psychological Operations* - PsyOps) na moral, na vontade de combater ou resistir, e o seu enorme contributo para a derrota de um adversário. Hoje existem doutrinariamente actividades que combinam acções cinéticas e não-cinéticas para criar efeitos letais e não-letais, que pretendem concentrar-se em afectar directamente o domínio da informação afectando indirectamente, não só o domínio afectivo e volitivo dos militares adversários e populações locais, como primariamente o domínio cognitivo específico dos decisores, e por consequência lógica, o domínio físico dependente dessas decisões. Assim, as Operações de Informação (*Information Operations* - Info Ops) são hoje entendidas como “acções coordenadas para criar os efeitos desejados na vontade, compreensão e capacidades dos adversários, potenciais adversários e outras partes aprovadas, em apoio aos objectivos globais, afectando a sua informação, processos e sistemas de informação, enquanto se explora e protege os próprios”¹⁰³. Mais especificamente, são actividades com o objectivo de “influenciar a vontade, e afectar a compreensão e as capacidades que possibilitam a compreensão ou o exercer da vontade do

¹⁰⁰ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), p. 1-10. Conceito muitas vezes também referido apenas pelo acrónimo EBO ou *Effects Based Operations*, Operações Baseadas em Efeitos. A designação EBAO pretende marcar o ponto de vista de que se trata apenas de uma abordagem diferente utilizando capacidades já existentes, e não um tipo diferente e novo de operações. Ver ainda SMITH, Edward A. - *Effects Based Operations: Applying Network Centric Warfare in Peace, Crisis, and War*, 2003.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ NATO - AJP-3.10 Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft), p. 1-3.

decisor”¹⁰⁴. Envolvem genericamente a coordenação de várias actividades principais como as PsyOps, a Presença Postura e Perfil (*Presence, Posture and Profile – PPP*) da força e dos seus comandantes, a Decepção Militar (*Military Deception - MD*), a Guerra Electrónica (*Electronic Warfare - EW*), as Operações de Redes de Computador (*Computer Network Operations - CNO*) e a Destruição Física, a Segurança das Operações (*Operational Security - OPSEC*), a Segurança da Informação (*Information Security - INFOSEC*), e ainda a coordenação de duas actividades relacionadas, a Cooperação Civil-Militar (*Civil and Military Cooperation - CIMIC*) e a Informação Pública (*Public Information - PI*)¹⁰⁵. Esta última é, no entanto, a principal actividade doutrinariamente autorizada a produzir e difundir mensagens para os media comerciais. É definida pela AJP-01(B) em vigor como “informação que é libertada ou publicada com o propósito principal de manter o público cabalmente informado, ganhando assim o seu apoio e compreensão”¹⁰⁶. É objecto do presente trabalho analisar nos capítulos seguintes esta actividade, nos aspectos em que interage com a difusão noticiosa sobre as operações militares.

I.3. Síntese Conclusiva

Parece hoje aceite que existem efeitos significativos da difusão noticiosa em tempo-real. No entanto, as mais recentes investigações neste campo recusam a existência de efeitos globais, automáticos e sobretudo generalizáveis como lei de causa-efeito. Relativamente aos efeitos identificados, observou-se, por um lado, que a difusão de notícias contém uma capacidade potencial de exercer influência planeada, o que torna essa actividade num instrumento de poder, e que contém também uma capacidade potencial de provocar efeitos que não se desejam ou não se controlam. Por outro lado, viu-se que, de um modo geral, a difusão noticiosa em tempo-real provoca consideráveis efeitos que derivam dos processos de enquadramento e agendamento, pela construção da realidade e prioritização da importância dos acontecimentos, o que afecta o domínio cognitivo dos indivíduos e a formação da opinião pública. O decisor, sobretudo o decisor político, quer pelo mesmo tipo de influência directa nas suas cognições, quer pela pressão da opinião pública que hoje o sujeita a um grande escrutínio das suas acções, prioriza os acontecimentos sobre os quais é necessário agir, sendo levado a decidir em tempo reduzido sobre uma realidade por si construída.

Relativamente às operações militares, viu-se que estas mantêm muitas das características do exercício da força ao longo dos tempos, continuando a considerar-se uma situação extraordinária na vida das sociedades, mas que nem todas as operações militares têm a mesma importância

¹⁰⁴ Idem.- p. 1-4.

¹⁰⁵ Idem.- p. 1-8 a 1-13.

¹⁰⁶ NATO-AJP-01(B) Allied Joint Doctrine, 2002, p. 21-1.

política, despertarão o mesmo interesse, ou estarão sujeitas ao mesmo escrutínio por parte da comunidade internacional. As operações militares envolvem o posicionamento e a manobra de forças e sistemas de armas e as actividades de C2 que incluem a tomada de decisões conducentes às acções dessas forças e sistemas. A importância da informação para o C2 das operações sempre se revestiu de primordial importância e, portanto, as operações militares são normalmente rodeadas de medidas de segurança que impedem a revelação pública da informação considerada crítica. Fruto das transformações da sociedade, sobretudo em face da evolução das tecnologias de informação e comunicação, as operações militares sofrem também grandes transformações. Hoje considera-se que existe um ambiente de informação que influi decisivamente na condução das operações militares e que é fundamental dominar. A actual evolução doutrinária que deriva destas transformações, preconiza a condução de actividades destinadas a afectar directa e indirectamente os domínios da informação, cognitivo e físico, através da conjugação de actividades mais ou menos recentes em conceito ou aplicação, mas conjugadas agora num propósito comum.

II. O impacto da difusão noticiosa nas operações militares

A difusão noticiosa em tempo-real dos conflitos armados transforma as operações militares em acontecimentos jornalísticos instantâneos. Os confrontos podem ser visionados por audiências em todo o mundo enquanto se desenrolam. Aliados e adversários têm a possibilidade de ver os noticiários a partir do próprio campo de batalha e em tempo-real, pela utilização de tecnologias que alteram as dinâmicas e as estratégias dos conflitos. As tecnologias de comunicação civis via satélite fornecem ao público e aos decisores uma informação imediata que assegura essa possibilidade de visionamento em tempo-real. O decisor político tem a possibilidade de tomar decisões que afectam a condução das operações, ao nível estratégico e operacional, do seu gabinete, face ao visionamento das notícias. Muitas vezes, o decisor político e militar tomará conhecimento de determinado acontecimento com maior rapidez pela difusão noticiosa em tempo-real do que pelos seus canais de comunicação oficiais. A difusão noticiosa em tempo-real amplifica a capacidade da liderança política de influenciar a decisão militar em velocidade e frequência.

A televisão tornou-se um instrumento de poder neste novo tipo de guerra. O jornalista avalia os resultados de um ataque em tempo-real, relata, comenta, procura o comentário do especialista e traz o espectador para dentro do ciclo de decisão militar. Este processo pode, por exemplo, afectar a condução de uma operação em favor de um adversário munido dessa mesma informação.

O primeiro conflito em que se fizeram sentir os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real foi a Guerra do Golfo em 1991. Considerada por Toffler e Toffler como a primeira guerra da Terceira Vaga¹⁰⁷, pela primeira vez na história das operações militares as equipas de reportagem presentes no terreno têm a possibilidade de reportar um conflito e as acções militares que nele ocorrem, oferecendo imagens em tempo-real a uma audiência mundial. Como refere Carlos Santos Pereira, “se a guerra do Vietname ficou assinalada como o primeiro conflito «televisivo» - ou seja, de que a televisão deu testemunho vivo, em *timing* noticioso - , a «*Desert Storm*» («Tempestade do Deserto») abria a era da guerra *live* - «em directo»”¹⁰⁸.

Assim, é pertinente que se procurem no conflito do Golfo Pérsico amostras significativas do impacto deste novo factor de planeamento, sobre as operações militares. Analisar-se-ão alguns casos documentados de difusão noticiosa em tempo-real de acontecimentos que tiveram lugar durante este conflito, procurando demonstrar que este facto produziu alterações nas operações militares em curso.

¹⁰⁷ TOFFLER e TOFFLER - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, p. 64 a 80.

¹⁰⁸ PEREIRA - p. 67.

Muitas outras situações existem que documentam o impacto da difusão noticiosa em tempo-real sobre as operações militares. Grande número de documentos analisados atestam sobretudo a relação causa-efeito entre o impacto causado na opinião pública pela difusão noticiosa de determinado acontecimento durante uma operação militar e a necessidade do nível político ou estratégico dessa operação actuar sobre a situação assim criada. Os já referidos estudos de Nik Gowing, Walter Strobel e Stephen Livingston¹⁰⁹ atestam algumas dessas situações.¹¹⁰

No Golfo, uma campanha de “diabolização” do regime de Sadam Hussein levada a cabo pela empresa de relações públicas *Hill & Knowlton*, promoveu a audição de uma adolescente kuwaitiana no congresso norte-americano, que reportava as atrocidades dos invasores iraquianos, vindo a saber-se que a adolescente era afinal a filha do embaixador do Kuwait em Washington. Esta publicitada entrevista em muito contribuiu para colocar a opinião pública americana a favor de uma intervenção no Golfo¹¹¹ em 1991. Na Somália, em 1992, o impacto mediático das imagens do sofrimento da população levaram à intervenção dos EUA, assim como as imagens de *Rangers* norte-americanos mortos durante uma operação e exibidos em triunfo nas ruas de Mogadiscio levaram à retirada das suas forças¹¹². Na Bósnia, de 1992 a 1995, uma campanha de vitimização do povo muçulmano levada a cabo pela empresa de relações públicas *Rudder & Finn*, aproveitando imagens de massacres e bombardeamentos, contribuiu em larga escala para influenciar a percepção da comunidade internacional sobre o conflito¹¹³, levando inicialmente a OTAN a bombardear posições Sérvias e, posteriormente, os EUA a forçar um acordo de paz¹¹⁴. Quase como numa repetição da história, em 1999 na província sérvia do Kosovo, seriam as imagens de supostos massacres de população *kosovar* às mãos da policia sérvia, especialmente o mediático massacre de Račak, que colocaria a opinião pública mundial em apoio a mais uma intervenção da OTAN nos Balcãs¹¹⁵. Mais recentemente, no conflito do Iraque em 2003, a difusão noticiosa sobre uma coluna logística norte-americana emboscada junto a Nasiriyah e a subsequente captura da soldado Jessica Lynch forçou a execução de uma operação das forças especiais norte-americanas para a resgatar¹¹⁶. Em Abril e Maio de 2004, as imagens da difusão noticiosa sobre a incursão dos *Marines* norte-americanos em Fallujah, acabaram por impor aos

¹⁰⁹ Vide p. 13.

¹¹⁰ Ver também uma investigação de Theresa Bly sobre a influência dos media na decisão militar e política norte-americana da intervenção dos EUA na Somália. BLY, Theresa - Impact of public perception on US national policy: a study of media influence on military and government decision making, 2002, p. 71.

¹¹¹ Cfr. TOFFLER e TOFFLER - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, p. 167 e PEREIRA - p. 74.

¹¹² Cfr. BLY - p. 35 a 53, PEREIRA - p. 100 e SANTOS - p. 203.

¹¹³ Cfr. PEREIRA - p. 137 a 139.

¹¹⁴ Cfr. SANTOS - p. 203.

¹¹⁵ Cfr. PEREIRA - p. 168.

¹¹⁶ Cfr. revista TIME, 17 Novembro 2003.

decisores políticos a interrupção de uma ofensiva bem sucedida determinando o abandono da cidade aos resistentes iraquianos.¹¹⁷

Restarão poucas dúvidas de que o impacto da difusão noticiosa em tempo-real sobre as operações militares começa por se fazer sentir logo na decisão que a determina, ou que a faz terminar abruptamente, passando por diversos tipos de intromissões no seu normal desenvolvimento. Analisam-se de seguida, alguns casos de impacto mais directo no planeamento e condução das operações militares.

II.1. Casos em análise

II.1.1. A difusão noticiosa da campanha aérea

Pela primeira vez na história, a 17 de Janeiro de 1991, o correspondente da CNN Bernard Shaw descreve, em directo e via satélite, o ambiente psicológico e a destruição física dos conflitos modernos. Nessa primeira noite do conflito, a cidade de Bagdade foi atingida por munições guiadas de dois tipos: mísseis de cruzeiro lançados a partir de navios e bombas teleguiadas lançadas por aeronaves¹¹⁸. As equipas de reportagem em Bagdade noticiaram em directo, os impactos destas munições. O público habitua-se às imagens deste combate de precisão juntamente com os comentários de jornalistas e de peritos militares.

Os alvos da campanha aérea pretendiam sobretudo atingir o “centro nervoso” da liderança iraquiana seguindo uma estratégia já de há muito preconizado por J. F. C. Fuller e designada por “paralisia estratégica”¹¹⁹, visando atingir os designados COG operacionais adversários. Um dos alvos a destruir era o Hotel Al Rashid, de onde os jornalistas ocidentais efectuavam a difusão noticiosa dos bombardeamentos. Debaixo do hotel, existia um posto de C2, Comunicações e Informações (C2, *Communications and Intelligence* - C3I) iraquiano que incluía um importante nó de uma rede de comunicações de fibra óptica¹²⁰. No entanto, uma das considerações de planeamento para a campanha aérea relativamente ao receio do impacto da difusão noticiosa na opinião pública foi não considerar alvos civis¹²¹. Além do mais, a possibilidade de baixas entre os jornalistas ocidentais garantiria um escrutínio e uma pressão insustentável para qualquer responsável sobre tal decisão, e portanto esta instalação crítica foi poupada. Constata-se, portanto, uma alteração de planeamento de uma operação, sob a forma de uma restrição, em função do previsível impacto da potencial difusão noticiosa.

¹¹⁷ Cfr. PAYNE, Kenneth - *The Media as an Instrument of War*, 2005, p. 2.

¹¹⁸ USGovernment - [Em linha] - Final report to congress: Conduct of the Persian Gulf War. 1992. <http://www.ndu.edu/library/index.cfm>, p. 141.

¹¹⁹ Idem.- [Em linha] - p. 147 e MANN, Edward - [Em linha] - *Thunder and Lightning*. 1995. <http://aupress.au.af.mil/Books/b-2/manncont.htm>.

¹²⁰ USGovernment - [Em linha] - p. 190.

¹²¹ Idem.- [Em linha] - p. 152 e 153.

II.1.2. Ataque aéreo ao *bunker* de Al Firdus

Determinados acontecimentos podem produzir alterações num plano operacional ou nos objectivos estratégicos quando a difusão noticiosa relata as suas consequências. A intenção da campanha aérea estratégica da Guerra do Golfo era infligir a paralisia estratégica da liderança iraquiana. Um ponto decisivo para esse desiderato era o corte da capacidade de comunicar da liderança, quer relativamente à hierarquia militar, quer relativamente à população. Um incidente ocorrido a 10 de Fevereiro de 1991, levou a um intenso escrutínio por parte dos media levando, em última análise, à modificação da campanha aérea.

O facto de que um *bunker* da liderança iraquiana em Al Firdus (ou Al Amiriya) ser também usado pela população como abrigo aéreo, era desconhecido dos planeadores da Coligação e, por isso, centenas de civis foram mortos quando o *bunker* foi destruído¹²². As autoridades iraquianas escoltaram rapidamente as equipas de reportagem para o local enquanto o fogo ainda grassava e os mortos e feridos eram retirados das ruínas. A CNN emitiu estas imagens em tempo-real. A liderança iraquiana procurou retirar vantagens imediatas destas baixas jogando com a simpatia da opinião pública internacional. Apercebendo-se da fragilidade das posições de alguns países árabes da Coligação, os iraquianos criaram um incidente mediático que poderia afectar a coesão dessa aliança. Além disso, os iraquianos avaliavam que a opinião pública americana iria ceder no seu apoio às operações militares face às baixas civis.

O impacto desta difusão noticiosa sobre os planeadores da campanha aérea foi imediato. O General Colin Powel, Chefe do Estado Maior Conjunto norte-americano (*Chairman of the Joint Chiefs of Staff* - CJCS), sentiu que era necessário manter a coesão dos Aliados, e que qualquer outro ataque como o de Al Firdus podia colocar em perigo a Coligação. A liderança política em Washington, preocupada com as repercussões políticas do acontecimento, impôs uma cessação de toda a campanha aérea contra a cidade de Bagdade por um período de dez dias. Com receio de que o escrutínio dos media sobre os ataques produzisse episódios semelhantes, o General Colin Powell determinou ao General Norman Schwartzkopf, Comandante-em-Chefe (*Commander-in-Chief* - CINC) das Forças da Coligação, que todos os alvos dos futuros ataques aéreos fossem sancionados pessoalmente por ele e insistiu que qualquer alvo em Bagdade teria de ser aprovado em Washington. Segundo o próprio Colin Powell, o mesmo receio terá inclusive acelerado o início da ofensiva terrestre¹²³.

Este caso demonstra como as consequências de um ataque podem assumir proporções exageradas pelos efeitos da difusão noticiosa. Aquilo que, embora trágico para os mortos e

¹²² Idem.- [Em linha] - p. 193 e 194.

¹²³ Cfr. SANTOS - p. 210.

feridos, seriam os efeitos de uma acção táctica cujas consequências mais nefastas se atribuiriam ao “nevoeiro da guerra” caracterizado por Clausewitz, levaram a decisão política em Washington a impor restrições ao comandante no terreno na prossecução dos objectivos da campanha aérea. O “nevoeiro da guerra”, quando transmitido em directo através do globo, alterou significativamente a autoridade do comandante na escolha e selecção de alvos, uma vez que esta passou a residir em Washington.

II.1.3. Difusão em directo de um duelo de artilharia

Em Fevereiro de 1991, nas vésperas do lançamento da ofensiva terrestre, um combate entre unidades de artilharia da 82ª Divisão Aerotransportada do exército dos EUA e unidades iraquianas encontrava-se a ser relatado em directo por uma cadeia televisiva. Como o relato era em tempo-real e o jornalista referiu o nome da unidade, as informações iraquianas poderiam facilmente determinar a localização desta unidade. Na altura, a 82ª encontrava-se numa posição de envolvimento imediatamente antes do começo da ofensiva terrestre. O revelar desta informação poderia ter contribuído para revelar aos iraquianos a manobra da Coligação, e o consequente reposicionamento de unidades iraquianas poderia ter prejudicado gravemente a operação¹²⁴.

A difusão noticiosa em tempo-real deste acontecimento poderia ter comprometido o elemento de surpresa bem como todo o plano operacional da Coligação para a ofensiva terrestre. Este caso é outro exemplo de como a difusão noticiosa de uma acção táctica poderia ter alterado as operações em curso e futuras, e revela a crucial importância da OPSEC.

II.1.4. Considerações de planeamento sobre desembarque anfíbio

O planeamento operacional também pode ser afectado pela preocupação relativa à difusão noticiosa em tempo-real. A escolha e selecção de alvos e os esquemas de manobra de algumas operações na Guerra do Golfo foram ajustados face à preocupação relativa à forma como a difusão noticiosa poderia retratar determinada operação.

Durante o planeamento de um possível assalto anfíbio no Kuwait pelo Corpo de *Marines* dos EUA, o General Schwartzkopf e o comandante dos *Marines* expressaram a sua preocupação com a possibilidade de os militares iraquianos destruírem uma instalação de gás natural, em face do assalto. A destruição da instalação não seria vista com bons olhos pelos kuwaitianos, e era mais que certo que os media iriam cobrir o acontecimento. Além do mais, o General Schwartzkopf sabia que, se os media norte-americanos soubessem de antemão do assalto, iriam com certeza

¹²⁴ Cfr. SCHWARTZKOPF, H. Norman - It doesn't take a hero, 1992, p. 510.

noticiar o facto, pondo em risco a operação¹²⁵. O assalto anfíbio nunca foi aprovado, em parte devido a estas preocupações com os media.¹²⁶

II.1.5. A auto-estrada da morte

Em 26 de Fevereiro de 1991, após três dias de ofensiva terrestre, o exército iraquiano encontrava-se já a retirar do Kuwait. O itinerário que utilizavam compreendia uma extensão de auto-estrada ao longo das elevações de Mutla. A coluna compacta de unidades militares iraquianas em retirada, praticamente indefesa, foi atacada pela aviação da Coligação produzindo um cenário que foi mais tarde conhecido pela “auto-estrada da morte”¹²⁷. As imagens emitidas logo após os ataques mostravam uma cena de completa aniquilação, e os relatos apontavam para cerca de 1400 veículos destruídos e 300 iraquianos mortos. Além do mais, numa entrevista de um dos pilotos participantes, este referiu-se à acção como “*shooting fish in a barrel*” – disparar sobre peixes num barril, o que causou reparos e a condenação da opinião pública internacional. No contexto das muitas imagens de rendição de milhares de militares iraquianos que já corriam mundo, a indignação foi grande porque, de acordo com o General Colin Powell, as notícias davam a entender que se tratava de uma “matança indiscriminada”¹²⁸. Estas imagens contribuíram em grande parte para a decisão do presidente dos EUA, George Bush, em terminar as hostilidades.

II.2. Análise

Os casos analisados reflectem que a difusão noticiosa em tempo-real influi nos diversos níveis de decisão, condicionando e alterando o planeamento e a condução das operações militares.

Por um lado, restringe a liberdade de acção e limita as opções dos comandantes, não só pelo receio como pela verificação de que determinados acontecimentos, mesmo ao nível tático das operações, quando noticiados pelos media têm repercussões operacionais, estratégicas ou mesmo políticas¹²⁹. O contributo da difusão noticiosa em tempo-real das operações militares para a formação da opinião pública sobre as mesmas, tal como observamos no capítulo inicial, faz com que aquele tenha passado a ser considerado um factor de decisão¹³⁰. Do decisor político ao comandante de nível operacional, nenhum responsável pretenderá pôr em risco os objectivos da operação, porque um determinado acontecimento no terreno, trazido ao conhecimento da

¹²⁵ Cfr. GORDON, Michael R. e TRAINOR, Bernard E. - *The Generals' War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf*, 1995, p. 293.

¹²⁶ Cfr. USGovernment - [Em linha] - p. 265.

¹²⁷ Idem.- [Em linha] - p. 326, 332 e 598.

¹²⁸ SCHWARTZKOPF - p. 542.

¹²⁹ Sustentado também por CLARK, Wesley K. - *Waging modern war: Bosnia, Kosovo and the future of combat*, 2002, p. 85 e 86.

¹³⁰ Englobado nas “considerações de carácter civil” contempladas na letra “C” da mnemónica dos factores de decisão Missão, Inimigo, Terreno, Meios disponíveis, Tempo e Considerações de carácter civil ou MITM-TC. Ver, por exemplo, U.S.ARMY - *Field Manual 5-0 Army Planning and Orders Production*, 2005, p. 1-4.

audiência mundial pela sua difusão noticiosa, condicione a opinião pública de forma a que esta o pressione a tomar decisões que poderão ser contrárias à prossecução desses mesmos objectivos.

Como já se tinha aventado, e como provam os casos em análise, poderá haver tendência para o *micro management*, a micro-gestão, ou seja, a possibilidade de cada escalão superior intervir directamente ao mais baixo escalão, na tentativa de controlar possíveis situações indesejáveis, no que se constitui uma compressão dos níveis tradicionais das operações militares. Uma outra possibilidade surge com a capacidade de visionar os ataques em tempo-real: a de poder avaliar, em tempo-real, a localização, a eficácia e os danos provocados, levando à pronta reacção sobre o acontecimento. Esta particularidade foi especialmente bem percebida pelos especialistas da contra-informação israelita, que de imediato expressaram a sua preocupação com a difusão noticiosa em tempo-real pela CNN dos ataques de mísseis *Scud* iraquianos contra Tel Aviv, com receio que estas imagens ajudassem a melhorar a sua precisão¹³¹. Numa outra situação, a operação *Desert Fox* em 1998, norte-americanos e britânicos bombardearam novamente Bagdade em directo para o mundo, via CNN e à hora marcada, sendo famosas as imagens das câmaras com modo de visão nocturna¹³².

Por outro lado, existe, como sempre existiu, o risco de que as notícias revelem informação crítica que prejudique o planeamento e a condução das operações, e em relação ao qual se desenvolvem as actividades no âmbito da OPSEC. A diferença é que, com a actual capacidade de transmissão em tempo-real, a informação tem cada vez mais probabilidade de ser aproveitada em tempo útil para influenciar a própria acção que está a ser alvo da notícia ou mais rapidamente reagir ou contrariar. Isto significa que a difusão noticiosa em tempo-real se constitui como “fonte aberta” no âmbito das informações, passando a fazer parte integrante do processo de decisão. A velocidade a que esta informação é disponibilizada contribui para a compressão do ciclo de decisão, seja por que ela cria uma oportunidade, seja por que obriga o decisor a reagir a um acontecimento.

Um caso paradigmático destas implicações é o surgimento das Regras de Empenhamento (*Rules of Engagement* - ROE) que se estendem hoje a quase todas as operações militares¹³³, sobretudo as levadas a cabo sob a égide das Nações Unidas, da OTAN, ou por coligações de nações predominantemente ocidentais ou que partilham os seus valores democráticos e humanistas. Estas regras funcionam não só como modo de contenção da escalada de um conflito,

¹³¹ TOFFLER e TOFFLER - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, p. 172.

¹³² SANTOS - p. 232.

¹³³ JDCC - [Em linha] - Joint Warfighting Publication 0-01 British Defence Doctrine. 2001.

<http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>, p. 5-4.

mas também como modo de limitação de incidentes propensos ao escrutínio mediático e potencialmente causadores de opiniões públicas adversas. Surgem, no âmbito do Direito Internacional Humanitário dos Conflitos Armados, como forma de regular o uso da força, constituindo-se normalmente numa restrição do seu uso. Mas são também um método muito próprio de *micro management*. O nível político-estratégico limita a acção do soldado no terreno para evitar que as suas acções tenham repercussões inaceitáveis. O soldado e os comandantes de nível tático acabam por ser limitados na utilização de táticas, técnicas e procedimentos que anteriormente lhes garantiam maior rapidez e segurança na execução das suas tarefas. Os comandantes operacionais e estratégicos são restringidos na concepção de planos e na escolha de modalidades de acções que possam comportar risco de baixas, de danos colaterais, e destruição excessiva.

Poder-se-á especular até que ponto, no actual conflito do Iraque, e sobretudo nos momentos iniciais, os EUA não terão dominado já com grande mestria a arte de controlar e sobretudo anular estes efeitos indesejáveis. Note-se o tom patriótico da cobertura mediática e a quase total de ausência de notícias negativas sobre a intervenção da Coligação na sua fase inicial, por parte dos grandes canais de difusão noticiosa em tempo-real¹³⁴.

O inicial fascínio com sistema de cobertura mediática *embedded* deu lugar a análises mais cautelosas associadas a um fenómeno a que Carlos Santos Pereira denomina de “arregimentar dos media”¹³⁵ em torno da causa dos soldados que com que os jornalistas partilham a experiência das operações militares e que, num processo psicológico semelhante ao do chamado síndrome de Estocolmo¹³⁶, inibe a produção de conteúdos noticiosos que possam prejudicar esses soldados.

Mesmo, na fase subsequente, escândalos como os do abuso de prisioneiros em Abu Ghraib¹³⁷ e o massacre de civis em Haditha¹³⁸, sujeitos a grande escrutínio mediático, parecem não ter produzido, além dos lógicos processos de averiguações e a ocasional condenação judicial, nenhum impacto considerável sobre as operações em curso.

A Internet contém vários *sites* com imagens de ataques e baixas de soldados da coligação por meio de explosivos improvisados (IED) ou *snipers*¹³⁹, que se enquadram bem nos critérios dos

¹³⁴ Ver, por exemplo, CLARK, Wesley K. - Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano, 2004, p. 59 e 60.

¹³⁵ Cfr. PEREIRA - p. 360 e capítulo VIII.

¹³⁶ Fenómeno em que um refém começa a identificar-se com e a simpatizar o seu captor. AAVV - [Em linha] - The American Heritage® Dictionary of the English Language. 2004. <http://www.answers.com/topic/stockholm-syndrome>.

¹³⁷ McGEARY, Johanna - The scandal's growing stain. "Time". 17 Maio 2004.

¹³⁸ Ver DUFFY, Michael, [et al.] - The Ghosts of Haditha. Ibidem. 12 Junho 2006.

¹³⁹ Ver, por exemplo, <http://www.ogrish.com> e <http://www.thenausea.com>.

referidos valores-notícia¹⁴⁰. No entanto, raramente foram vistas imagens destas na difusão noticiosa ocidental.¹⁴¹

II.3. Síntese Conclusiva

Os efeitos da difusão de notícias em tempo real condicionam a decisão, restringem a liberdade de acção, limitam as opções, e ameaçam a segurança operacional, comprimindo os níveis tradicionais das operações militares e os ciclos de decisão.

Os media noticiosos constituem um elo fundamental entre o público, os governos e as operações militares. Como vimos no capítulo anterior, as notícias provocam um efeito de agendamento capaz de impor a discussão sobre os acontecimentos que são seu objecto. Nas democracias ocidentais, existe cada vez maior sensibilidade política relativamente à difusão mediática dos conflitos e ao seu impacto na opinião pública quer nacional, quer internacional. Como se viu anteriormente, a doutrina OTAN define COG como a “característica, capacidade ou local de uma nação, aliança, força militar ou outro grupo, da qual deriva a liberdade de acção, a força física ou a vontade de combater”¹⁴². Para as democracias ocidentais, a opinião pública doméstica e internacional torna-se assim um COG.

Dir-se-á, portanto, que se abordaram neste capítulo os efeitos genericamente indesejáveis da difusão noticiosa em tempo-real sobre as operações militares. Como refere o coronel John Warden, a presença dos media no campo de batalha tende a tornar-se um factor igual ao terreno ou às condições meteorológicas¹⁴³. Está lá, e é necessário prever e minimizar os seus efeitos indesejáveis.

Mas também como o terreno e a meteorologia, e como também neste capítulo já se aflorou, os efeitos dos media podem trazer vantagens, se bem aproveitados. Nos conflitos da terceira vaga, a notícia em tempo-real tem valor acrescentado no domínio da informação.

¹⁴⁰ Vide I.1.5, p. 11.

¹⁴¹ A perspectiva apresentada nestes últimos parágrafos foi também posteriormente advogada pelo documentário “War & Truth” da Under Fire Films, exibido pela RTPN no âmbito do programa “Sinais do Tempo” entre as 20:00 e as 21:00 de 23Set06.

¹⁴² NATO - AJP-5 Allied Joint Doctrine for Operational Planning (Ratification Draft), 2006d, p. 3-9.

¹⁴³ WARDEN, John A., cit. por GOEBEL, Douglas J. - [Em linha] - Military-Media Relations: The Future Media Environment and its Influence on Military Operations. 1995. www.au.af.mil/au/awc/awcgate/acsc/97-0307.pdf, p. 23.

III. Os media como “instrumento de guerra”

III.1. Evolução recente das relações entre militares e media

Não foi com certeza apenas a partir da Guerra do Golfo que a doutrina das operações militares passou a ter em conta os efeitos da difusão noticiosa televisiva. As FA dos EUA estavam já bem familiarizadas com os seus efeitos mais nefastos pelo menos a partir do conflito do Vietname. De facto, as relações entre os militares e os media parecem ter sido – pelo menos desde esse conflito, e muito pela percepção geral de que os norte-americanos teriam perdido o conflito devido ao condicionamento pelos media de uma opinião pública domestica desfavorável¹⁴⁴ – marcadas por um antagonismo, que se poderá considerar quase genético: a função dos media é revelar informação e não aceitam o controlo e muito menos a censura, e os militares necessitam de proteger a informação e controlar ao máximo o maior número de factores do ambiente operacional.

Foi a percepção sobre a experiência do Vietname que perspectivou a necessidade de controlar os media e garantir o apoio da opinião pública em futuras operações¹⁴⁵. Estas seriam marcadas pelas tentativas de minimizar os efeitos indesejáveis da cobertura mediática, ora impondo restrições e censura como no caso dos britânicos nas Falkland¹⁴⁶ em 1982, ora impedindo o acesso ao teatro de operações como no caso da operação *Urgent Fury* em Granada, em 1983¹⁴⁷. Esta última atitude dos norte-americanos levaria a uma enorme contestação por parte dos defensores da liberdade de imprensa, e, no rescaldo da operação, à nomeação de uma comissão do DOD norte-americano – a Comissão Sidle – para estudar um possível compromisso entre militares e media em operações futuras¹⁴⁸. Esse compromisso surgiu sob a forma da constituição permanente de uma *pool* de jornalistas intitulada de “Department of Defense National Media Pool” (DNMP)¹⁴⁹, apoiada pelos militares. Mas este novo sistema, posto em prática na operação *Just Cause*, em 1989, no Panamá, viria a revelar-se um logro para os jornalistas porque, logisticamente dependentes dos militares, permitiu o atraso propositado do seu acesso ao teatro de operações e posteriormente a sua retenção numa base aérea até quase ao final das operações mais importantes, sob o pretexto da segurança operacional¹⁵⁰.

¹⁴⁴ Estudo posteriores desmentem esta relação causa efeito argumentando que já era preexistente no Congresso norte-americano uma forte oposição às operações militares no Vietname, e que os media apenas reflectiram essa oposição. Ver HALLIN, Daniel C. - The "Uncensored War": The media and Vietnam, 1989.

¹⁴⁵ Cfr. PEREIRA - p. 58 e SANTOS - p. 115.

¹⁴⁶ Cfr. PEREIRA - p. 58 e 59, e SANTOS - p. 122.

¹⁴⁷ Cfr. BELKNAP - p. 5 e 6, AUKOFER, Frank e LAWRENCE, William P. - America's Team. The Odd Couple: A report on the relationship between the military and the media, 1995, p. 44.

¹⁴⁸ Ver SIDLE, Winant - [Em linha] - Final Report of the CJCS Media-Military Relations Panel 1984. <http://www.ndu.edu/library/epubs/20030710a.pdf>, e AUKOFER e LAWRENCE - Idem.

¹⁴⁹ Cfr. SIDLE - [Em linha] - p. 4 a 6.

¹⁵⁰ Cfr. SNYDER, John B. - Seeing Through the Conflict: Military-Media Relations, 2003, p.14.

Mais uma vez, no rescaldo da operação, os protestos dos media desencadearam reacções do DOD norte-americano, desta feita por via da emissão de uma directiva do já então CJCS, General Colin Powell, a todos os comandantes militares, no sentido de passarem a incluir no planeamento das operações militares os múltiplos aspectos da sua cobertura mediática, incluindo o apoio expresso a prestar a essa actividade¹⁵¹.

No conflito subsequente do Golfo Pérsico em 1991, a DNMP seria novamente activada, desta feita sem os problemas verificados no Panamá. Mas os militares mantiveram um grande grau de controlo sobre a *pool*. Esta dependia dos brifingues oficiais, apenas se podia deslocar a locais previamente escolhidos, sempre acompanhados por oficiais dos *Public Affairs* (PA), dependendo também dos meios militares para enviar as suas histórias, depois de submetidas a uma revista de segurança¹⁵². A questão era que alguns dos media, como foi o caso da CNN, já não estavam dependentes dos militares para poderem desenvolver a sua actividade, graças aos avanços da tecnologia no campo das comunicações via satélite. Operavam em total liberdade, sem restrições de acesso ou censura, contrariamente ao que se passava com os membros da *pool*. Como vimos no capítulo anterior, foram exactamente os media que não estavam submetidos a esse grau de controlo que difundiram, em tempo-real, as notícias que mais impacto tiveram sobre a operação.

Foi seguramente devido a este último facto, e não por causa do coro de protestos por parte dos media que mais uma vez se seguiu no final da operação, que o DOD norte-americano decidiu assumir uma postura diferente para com a cobertura mediática das operações militares. A exclusão e o controlo explícito dos media deixava de ser possível como forma de minimizar os seus efeitos indesejáveis. Nas operações seguintes, na Somália (1992-93) e no Haiti (1994), o grau de cooperação foi substancialmente melhorado, tendo sido abolidas as *pool*, permitida uma grande liberdade de circulação e acesso, e elaborado conjuntamente entre militares e media o planeamento do envolvimento e cobertura mediática, que embora não isento de problemas como o que a cobertura do desembarque dos *SEAL* norte-americanos nas praias de Mogadíscio¹⁵³, não originou protestos significativos de parte a parte¹⁵⁴. No entanto, manteve-se ainda um elevado grau de controlo sobre a informação disponibilizada pelos militares, traduzida na chamada “segurança na fonte”, um conceito que de alguma forma substituíu a censura ou a “revista de segurança”. Impossibilitados de interferir no conteúdo da difusão noticiosa, os militares optavam por restringir o fluxo de informação a proporcionar aos media¹⁵⁵.

¹⁵¹ Cfr. AUKOFER e LAWRENCE - p. 44 e 45, e 193 a 195, PEREIRA - p. 64.

¹⁵² Cfr. SANTOS - p. 125 e PEREIRA - p. 69.

¹⁵³ A operação de desembarque dos *SEAL* deveria supostamente ocorrer em segredo, e a sua transmissão em directo na televisão poderia ter comprometido a segurança da operação.

¹⁵⁴ Cfr. AUKOFER e LAWRENCE - p. 45 e BELKNAP - p. 9 e 10.

¹⁵⁵ Cfr. PEREIRA - p. 107.

A guerra nos Balcãs, e sobretudo a guerra-civil na Bósnia viria a revelar as deficiências dos que não acompanhavam as recentes experiências norte-americanas no campo das relações entre militares e media. A operação militar das Nações Unidas na Bósnia levada a cabo pela Força de Protecção das Nações Unidas (FORPRONU) durante a guerra, não contemplava provisões especiais para lidar com os media. Um universo mediático predominantemente pró-muçulmano bósnio viria minar ainda mais o desempenho de uma força já bastante diminuída por um mandato ambíguo, acusada de ineficácia face à limpeza étnica e genocídio. Os acordos de Dayton de Dezembro de 1995 e a subsequente entrada do *ACE Rapid Reaction Corps* (ARRC) da OTAN como força militar implementadora dos aspectos militares dos acordos – a *Implementation Force* (IFOR) – alteraria substancialmente este estado de coisas. Na intitulada operação *Joint Endeavour* abria-se um laboratório para as primeiras experiências do que mais tarde se viria a designar as Info Ops. Pela primeira vez as PsyOps, a CIMIC e a PI coordenavam actividades numa campanha destinada a conquistar a opinião pública local, através da ênfase no contacto diário com os media internacionais, utilização dos media locais para difusão de conteúdos tais como as notícias sobre as operações e actividades da IFOR, e o contributo dado pelas actividades CIMIC para a formação de uma percepção favorável à missão da OTAN por parte da população local.

O próximo passo na evolução recente da relação militares e media é dado na operação *Allied Force* – a operações militar da OTAN contra a Sérvia e Montenegro, desencadeada por causa do conflito do Kosovo em 1999. Para os media, foi um passo atrás relativamente à experiência da Bósnia¹⁵⁶. O Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa (*Supreme Allied Commander Europe* - SACEUR) da OTAN, o General norte-americano Wesley Clark, aplicou o conceito de “segurança na fonte” ao mesmo tempo que procurava inundar os media com brifingues constantes mas de conteúdo pouco atractivo. A campanha de informação da OTAN assentava em brifingues estratégicos e declarações políticas apoiados na difusão noticiosa em tempo-real, meticulosamente planeados em conteúdo e oportunidade, destinados a inundar os media com informação nas horas críticas dos serviços noticiosos dos principais canais internacionais. Utilizaram-se nesses brifingues e declarações algumas das técnicas que os Toffler descrevem como as “seis ferramentas da mente”¹⁵⁷: a acusação de atrocidades sérvias sobre os kosovares-albaneses, a “satanização” do regime de Slobodan Milošević, o empolamento do que na realidade estava em jogo, e a contra-propaganda como forma de desacreditar a propaganda sérvia. Com os valores-notícia a apelarem a mais do que o que os brifingues da OTAN

¹⁵⁶ Cfr. BELKNAP - p. 11.

¹⁵⁷ TOFFLER e TOFFLER - War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century, p. 167 e 168.

proporcionavam, e num conflito contestado na sua génese pela opinião pública internacional, muitos media acabaram por servir melhor aos sérvios fazendo ressurgir o drama dos efeitos colaterais. Como refere o próprio Wesley Clark, e em linha com os impactos verificados durante a Guerra do Golfo, “o peso da opinião pública estava a fazer-nos o que a defesa aérea sérvia tinha sido incapaz de fazer: limitar os nossos ataques”¹⁵⁸.

As operações militares que se seguem, levadas a cabo pelos países considerados, têm lugar na esteira dos atentados de 11 de Setembro de 2001. Neste sentido, na operação *Enduring Freedom*, no Afeganistão, logo após os atentados, assiste-se ao desculpar norte-americano do deficiente apoio prestado à cobertura mediática do conflito, com a imprevisibilidade da mesma e a conseqüente falta de preparação¹⁵⁹. Pelo receio da sua própria segurança face à hostilidade do regime *taliban*, os media optaram pela dependência do apoio dos militares, mas estes não conseguiram proporcioná-lo. No entanto, a opinião pública internacional parecia estar já sob a influência de uma espécie de estranho consenso que atingiu também os media, e impediu grandes contestações aos acontecimentos que se desenrolavam. A perspectiva de que este consenso não foi um produto circunstancial, foi já aflorada no final do anterior capítulo.¹⁶⁰

Resta o Iraque e a operação *Iraqi Freedom*, em 2003, para completar este breve percurso das relações entre militares e media. A par da cobertura mediática não dependente dos militares da Coligação e que cobriam sobretudo os ataques aéreos a Bagdade, o DOD norte-americano implementava uma modalidade apoio a prestar à cobertura mediática da operação que garantia um acesso sem precedentes à condução das operações, através do documento *Public Affairs Guidance on Embedding Media* de Fevereiro de 2003¹⁶¹. O *embedding*, ou a incorporação com as unidades norte-americanas de combate, permitia aos jornalistas acompanhar as operações a partir da linha da frente, sem qualquer outro tipo de controlo que não o aval do comandante directo antes de difundir uma notícia. Junte-se a difusão noticiosa em tempo-real 24 horas por dia, como os casos da CNN, BBC World, SkyNews, FoxNews, NBC e, pela primeira vez um canal noticioso semelhante em técnicas mas de “sinal contrário” em conteúdo, a Al-Jazeera do islâmico Qatar, e ter-se-á assistido ao conflito mais mediatizado da história.

Mas se se julgava ter encontrado finalmente a fórmula para os problemas do passado, logo percebeu que tal não acontecera face às acusações de uma cobertura genericamente avaliada como tendenciosa, manipuladora e superficial, a pender mais para o entretenimento do que para

¹⁵⁸ CLARK - *Waging modern war: Bosnia, Kosovo and the future of combat*, p. 446.

¹⁵⁹ Cfr. SNYDER - p. 16.

¹⁶⁰ Sobre a “fabricação do consenso” ver CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. - *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, 2002 e CHOMSKY, Noam - *A Manipulação dos Media: Os Efeitos Extraordinários da Propaganda*, 2002.

¹⁶¹ MIRACLE, Tammy L. - *The Army and Embedded Media*. "Military Review". Sep-Oct 2003., p. 42 e PEREIRA - p. 258.

a informação. A diferença relativamente aos anteriores protestos é que estes foram sobretudo dirigidos não contra os militares, mas contra os próprios media.

Como se sugeriu no final do capítulo anterior, as lições aprendidas nos anteriores conflitos parecem ter produzido algum efeito e, pelo menos até ao final da ofensiva terrestre, não se registou nenhum caso particular de impacto significativo da difusão noticiosa em tempo-real sobre esta operação militar.

III.2. Evolução doutrinária

A esta evolução histórica recente corresponde uma evolução na produção doutrinária de referência. Tal como se viu no ponto anterior, a percepção sobre a experiência do Vietname levou a que se considerasse a actividade mediática de cobertura das operações militares apenas na perspectiva dos seus efeitos negativos sobre a condução das mesmas. Evitar uma opinião pública adversa e garantir a segurança operacional foram as inquietações iniciais dos líderes militares que recorreram ao máximo controlo permitido em cada situação. Guiados por orientações incluídas no âmbito doutrinário dos CA, os procedimentos dos anos 80 relativamente aos media baseavam-se na centralização dos contactos ao mais alto nível coordenado por um *Public Affairs Officer* (PAO) ou semelhante, credenciação de jornalistas, negação ou restrição de acesso e permanente acompanhamento por pessoal especializado, censura, revista de segurança ou simplesmente *blackout* de informação alegando razões de segurança operacional.¹⁶² Eram arranjos que se baseavam na possibilidade de poder excluir ou controlar os media pela sua dependência dos militares no que concerne a acesso, segurança, informação, comunicações e logística.

A situação vivida no golfo pérsico em 1991 não diferiu da anterior em muitos aspectos. Coube ao CINC, em quem o nível político delegou essa responsabilidade, decidir e fornecer as orientações para o relacionamento com os media. A organização de *pools* de jornalistas credenciados atentamente controlados por oficiais de PA, coordenadas por um Gabinete de Informação Conjunto (*Joint Information Bureau* - JIB) dependente de um PAO ao nível do estado-maior (EM) técnico do CINC, foi o modelo adoptado¹⁶³. Era também através das capacidades de comunicações postas à disposição pelo JIB que os jornalistas enviavam as suas reportagens, sendo estas previamente submetidas à revista de segurança para avaliar sobre o seu eventual impacto na segurança operacional. Adicionalmente, procurava manter-se os media oficialmente informados nos briefings de comando ministrados nas salas dos hotéis da Arábia

¹⁶² Baseada na FM 41-10 Civil Affair Operations de 1985.

¹⁶³ USGovernment - [Em linha] - p. 745.

Saudita ou no DOD em Washington, oferecendo assim uma visão unilateral das operações, sem grandes hipóteses de contestação.

Fora deste tipo de procedimentos encontravam-se os jornalistas da CNN, cuja independência face aos militares permitida pelos avanços tecnológico referidos, iria obrigar a novas formas de encarar os media no seio das operações militares.

Assim, face aos impactos discutidos no capítulo anterior, a doutrina norte-americana passava a contemplar não só o impacto da difusão noticiosa sobre as operações militares, com também princípios para a condução de actividades de apoio aos media, no âmbito dos designados PA.

Em 1992, é publicado pela primeira vez o *Field Manual FM 46-1 Public Affairs Operations*¹⁶⁴, que irá já enquadrar as acções norte-americanas na Somália e Haiti. Este manual contempla, não apenas uma perspectiva de relacionamento com os media no intuito de minimizar efeitos negativos, mas o reconhecimento de que o esclarecimento da opinião pública doméstica e internacional devem ser procurados como forma de garantir o apoio às operações.

Em Agosto de 1995, o Training and Doctrine Command (TRADOC) do exército dos EUA publica o *TRADOC Pamphlet 529-69, Concept for Information Operations*¹⁶⁵ logo após o que é publicado, em 1996, o *FM 100-6 Information Operations*¹⁶⁶ e que se constituem as primeiras referências doutrinárias às Info Ops. Nesta altura, o conceito tinha por objectivo atingir a dominação¹⁶⁷ da informação, não só pela facilitação, incrementação e protecção do uso da informação, como também pela degradação e controlo da informação disponível para a decisão e acção de um adversário, através da manipulação da sua informação e sistemas de informação. Reconhece que as Info Ops ampliam o conceito de guerra de comando e controlo (*Command and Control Warfare - C2W*), adicionando, entre outros, a capacidade de interagir com o ambiente de informação. Pretende-se distorcer e controlar a percepção adversária sobre o ambiente operacional através do controlo e corrupção da informação que este utiliza, afectando a qualidade do seu processo de decisão. Este manual preconiza a utilização de capacidades no âmbito da C2W¹⁶⁸, Assuntos Cívicos¹⁶⁹ (*Civil Affairs - CA*), e PA como recursos a utilizar concorrentemente para atingir a dominação da informação, embora relativamente a operações de

¹⁶⁴ U.S.ARMY - [Em linha] - Field Manual 46-1 Public Affairs. 1992. <https://atiam.train.army.mil>.

¹⁶⁵ TRADOC - [Em linha] - Pamphlet 525-69 Concept for Information Operations. 1995. <http://www.tradoc.army.mil/tpubs/pams/p525-69.htm>.

¹⁶⁶ U.S.ARMY - [Em linha] - Field Manual 100-6 Information Operations. 1996. http://www.infoguerre.com/fichiers/fm100_6.pdf

¹⁶⁷ O termo “dominação” pretende aqui ser utilizado como a “obtenção de domínio sobre” de forma evitar confusões com o termo “domínio” anteriormente utilizado para se referir ao espaço físico e conceptual onde reside a informação.

¹⁶⁸ A C2W contempla o uso integrado de capacidades militares como a OPSEC, PsyOps, MD, Destruição Física e EW, suportadas pela actividade de Informações e Sistemas de Informação, para negar a informação, influenciar, degradar ou destruir as capacidades de Comando e Controlo (C2) do adversário, enquanto protege a nossa capacidade de C2 contra acções similares por parte do adversário

¹⁶⁹ Na doutrina norte-americana, a área dos CA inclui as actividades CIMIC tal como preconizadas na doutrina OTAN.

PA, mantenha o seu carácter de actividade informativa da opinião pública e dos próprios militares como forma de impedir acções de propaganda e desinformação adversária, e o seu carácter de actividade de aconselhamento e ajuda ao planeamento e condução de operações relativamente ao relacionamento com os media. Mas reconhece que a missão dos PA envolve, juntamente com as PsyOps e a CA, “comunicar informação a audiências críticas para influenciar a sua compreensão e percepção sobre a operação”¹⁷⁰.

Ao nível da OTAN, surge em 1997 a *Allied Joint Publication AJP-1(A) Allied Joint Doctrine* que inclui as experiências do ARRC na IFOR, onde um centro de informação para os media, o *Coalition Press Information Centre (CPIC)*, dirigiu uma estratégia de informação de grande sucesso, quer junto dos media internacionais, quer junto da população. Esta publicação contém os ensinamentos relativo à PI vertidos no capítulo 22 onde se assinala o papel desta actividade na manutenção da compreensão e apoio do público, acompanhando a doutrina desenvolvida pelos norte-americanos. No entanto, não incorpora ainda conceitos relativos a Info Ops.

A primeira publicação da *Joint Publication JP 3-61 Public Affairs* de Maio de 1997 não vem ainda incorporar este novo conceito de olhar para a informação pública. Estabelece apenas a necessidade de uma grande disponibilidade das forças militares para o apoio a todos os aspectos da actividade mediática de cobertura das operações militares, sublinhando a total abertura e disponibilização de informação, ressalvando apenas a primazia da segurança operacional. Trata-se do reconhecimento de que não é mais possível excluir ou controlar os media, que o público tem o direito de ser informado completa e cabalmente sobre as operações, e que a colaboração é a melhor forma de reduzir os impactos da difusão noticiosa negativa.

A revisão do *FM 46-1 Public Affairs Operations*, também de Maio de 1997, é feita à luz do já citado *FM 100-6*, e inclui os PA já como actividade relacionada com as Info Ops. Enquanto reafirma a grande extensão do apoio a conceder aos media, não trata apenas da disponibilização de informação, mas também da própria produção e difusão de “informação pública” a veicular através de “todos os tipos de media” para alcançar “todas as audiências”¹⁷¹. Trata-se de uma mais completa “estratégia de informação” que engloba as actividades de aquisição, produção, difusão e protecção de informação, contribuindo por isso também para outras áreas de actividade como as Operações, as Informações e as Info Ops. Estamos ainda no campo das Info Ops defensivas porque o que se pretende é ainda contrariar a propaganda e a desinformação e manter

¹⁷⁰ U.S.ARMY - [Em linha] - Field Manual 100-6 Information Operations. p. 3-14.

¹⁷¹ U.S.ARMY - [Em linha] - Field Manual 46-1 Public Affairs. 1997.

<https://atiam.train.army.mil/soldierPortal/atia/adlsc/view/public/9448-1/fm/46-1/default.htm>, p. 23.

o apoio da opinião pública, através do fortalecimento da compreensão e da percepção sobre a operação.

Em 1998, é a vez da *JP 3-13 Joint Doctrine for Information Operations*¹⁷² que vem dar sequência aos desenvolvimentos doutrinários neste campo. Estabelece que as Info Ops envolvem as acções destinadas a afectar a informação e os sistemas de informação de um adversário, enquanto se protege os próprios, aplicando-se a todo o espectro, a todos os níveis e em todas as fases das operações militares. Define Info Ops ofensivas e defensivas, considerando que as primeiras têm como alvo último o processo de decisão humano. Neste âmbito, define os PA como uma das “outras capacidades que contribuem para as Info Ops ofensivas” preconizando, pela primeira vez, a utilização dos media pelo comandante operacional para comunicar a um adversário as intenções e capacidades da própria força¹⁷³. Em linha com o que se encontrava estabelecido do antecedente, estabelece que a difusão de informação factual levada a cabo pelos PA se enquadra nas Info Ops defensivas, pelo seu contributo para a contra-propaganda e contra decepção.

Ao contrário dos EUA, as FA do RU acabam por adoptar em 2001 a designação específica *Media Operations* no seu manual doutrinário *Joint Warfighting Publication JWP 3-45 Media Operations*. Estas são definidas como as actividades desenvolvidas para “assegurar provisão atempada, precisa e efectiva da informação pública e a implementação da política de relações públicas no ambiente operacional, mantendo a segurança das operações”¹⁷⁴, e têm por objectivo informar o público promovendo a compreensão e o apoio generalizado às operações militares, baseando-se para tal na verdade absoluta e demonstrável. Enquanto estabelece o uso predominante dos media para promover o apoio publico, reconhece o papel destas operações na formação da percepção do adversário pelo que se poderá assegurar, através dos media, a transmissão da determinação, do empenho, da legalidade, ou de outra qualquer mensagem que se pretenda ter impacto nesse adversário¹⁷⁵. Os briefings oficiais são as oportunidades fundamentais para passar estas mensagens através dos media, sobretudo se se pretende fazer uso da difusão noticiosa em tempo real.

Ainda em 2001, o Comité Militar da OTAN difunde o *MC 457 NATO Military Policy on Public Information* onde reconhece a importância da PI e do seu carácter essencialmente informativo, mas já numa perspectiva de angariação do apoio publico às operações da Aliança.

¹⁷² U.S.JCS - [Em linha] - Joint Publication 3-13 Joint Doctrine for Information Operations. 1998. <http://www.dtic.mil/doctrine/>.

¹⁷³ Idem.- [Em linha] - p. II-6.

¹⁷⁴ JDCC - [Em linha] - Joint Warfare Publication 3-45 Media Operations. 2002a.

<http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>, p. 1-1.

¹⁷⁵ Idem.- [Em linha] - p. 1-5.

Além do mais, estabelece já a relação entre a PI e as Info Ops no contributo que aquela actividade pode fornecer aos objectivos mais amplos da última. A PI é o meio principal de chegar aos públicos-alvo, nos quais se incluem os vários decisores e “fazedores” de opinião, e relativamente aos quais se pretende fazer chegar mensagens informativas.

No ano seguinte, novamente o RU publica o seu primeiro manual doutrinário sobre Info Ops, a *JWP 3-80 Information Operations*. Esclarece o manual que, em cumprimento directivas governamentais, cabe ao governo a condução de uma campanha de informação coordenada de toda a actividade governamental, levada a cabo para influenciar os decisores adversários em apoio dos objectivos políticos, enquanto se protegem os decisores próprios¹⁷⁶. Reconhece que esta campanha é uma actividade destinada a difundir temas e mensagens cujo propósito é a adopção da modalidade de acção desejada, por parte do decisor alvo, constituindo-se numa actividade inter-governamental integrada de utilização dos três instrumentos de poder nacional: diplomático, económico e militar. O Ministério da Defesa do Reino Unido (MOD) contribui para esta campanha de informação através da utilização coordenada de toda e qualquer capacidade militar com possibilidade de influenciar audiências. Divide estas capacidades em duas áreas, as Info Ops e as *Media Operations*, separando claramente as actividades, mas concedendo-lhes o propósito comum. Bastante mais pragmática e frontal, tanto quanto uma publicação não classificada o pode ser, MOD britânico não têm grandes dúvidas: “o objectivo da campanha de informação é influenciar o decisor a adoptar a modalidade de acção (ou inacção) que serve os objectivos políticos do RU”¹⁷⁷. Este manual vem novamente reconhecer que a contribuição das *Media Operations* para esta campanha, embora primariamente destinada à manutenção do apoio público e à consequente preservação da liberdade de acção, têm um impacto bem mais vasto, pela influencia que pode exercer em adversários, aliados e partes neutras, razão pela qual as suas actividades devam ser intimamente coordenadas com a das Info Ops.

Acompanhando os últimos desenvolvimentos doutrinários, a *AJP-3 Allied Joint Operations* é publicada em Setembro de 2002, sendo a primeira publicação doutrinária da OTAN a integrar as Info Ops na doutrina da aliança. O conceito de Info Ops adoptado refere que esta capacidade conjunta constitui-se nas acções levadas a cabo para influenciar os decisores especialmente visados em apoio aos objectivos políticos e militares, pelo afectar da informação e SIC de um adversário, enquanto se explora e protege os próprios. Preconiza que as Info Ops relacionam

¹⁷⁶ JDCC - [Em linha] - Joint Warfighting Publication 3-80 Information Operations. 2002b.

<http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>, p. 1-2.

¹⁷⁷ Idem.- [Em linha] - p. 1-4.

todas as actividades que possam afectar a percepção dos adversários ou partes envolvidas¹⁷⁸, distinguindo, entre outras, a actividade de PI.

Logo em Dezembro de 2002, é ratificada a *AJP-1(B) Allied Joint Doctrine* que, neste âmbito, se apoia já nas orientações do Comité Militar publicadas na *MC 422/1 NATO Information Operations Policy* datada do mesmo ano. Esta publicação afirma que o impacto dos media nas operações militares impõe aos comandantes que tratem a actividade de PI como uma “parte importante das Info Ops, tirando partido das relações com os media para beneficiar de imagens positivas enquanto se gerem cuidadosamente os aspectos negativos”¹⁷⁹. Preconiza uma íntima relação entre as PsyOps, a C2W e a PI no sentido de uma completa integração. Esclarece que as PsyOps e a PI podem visar audiências diferentes, ou a mesma audiência por meio de táticas técnicas e procedimentos diferentes, mas as suas mensagens têm de estar em perfeita harmonia. Estabelece que a PI tem por missão informar a audiência composta pelos públicos das nações membros da OTAN através dos media providenciando informação precisa, atempada e objectiva¹⁸⁰, e adopta o termo *Media Operations* para designar a actividade de difusão de informação aos media e o apoio a prestar à própria actividade dos media. À data da elaboração deste trabalho, é esta a publicação doutrinária de referência da OTAN em vigor, embora, tal como já foi referenciado, encontra-se em fase de ratificação uma versão mais recente cujo conteúdo se abordará mais à frente.

A revisão do *FM 100-6*, no final de 2003, origina a alteração da publicação que se passa a designar *FM 3-13 Information Operations: Doctrine, Tactics, Techniques, and Procedures*, passando a incluir, como o nome indica, além da doutrina, também as táticas, técnicas e procedimentos do exército norte-americano para as Info Ops, sendo a que se encontra actualmente em vigor. Introduce, no âmbito das Info Ops ofensivas e mais especificamente ao nível dos efeitos que pretendem criar vantagem no domínio da informação, o conceito de *perception management*, gestão da percepção, como parte do efeito de “influência”, com a qual se pretende afectar as percepções, planos, acções e vontade de um alvo se opor às forças amigas. A gestão da percepção obtém assim o efeito de “influência” pela difusão ou não-difusão de informação seleccionada junto do “alvo”¹⁸¹. Num parágrafo anterior, curiosamente referente apenas à ameaça, o manual afirma que esta gestão da percepção se consegue através, de entre outras capacidades, da “ projecção da verdade”¹⁸². A expressão “alvo” considerada no manual

¹⁷⁸ NATO - AJP-3 Allied Joint Operations, 2002b, p. 1-7.

¹⁷⁹ NATO - AJP-01(B) Allied Joint Doctrine, 2002a, p. 2-7.

¹⁸⁰ Idem.- p. 16-6.

¹⁸¹ U.S.ARMY - [Em linha] - Field Manual 3- 13 Information Operations: Doctrine, Tactics, Techniques, and Procedures. 2003. <https://atiam.train.army.mil/soldierPortal/> p. 1-16 a 1-17.

¹⁸² Idem.- [Em linha] - p. 1-7.

também representa uma ampliação significativa dos destinatários destas operações, deixando de considerar apenas adversários para passar a considerar uma vasta gama de audiências que inclui praticamente todo o ambiente operacional, a todos os níveis das operações, em todo o espectro das operações. O manual mantém os PA como “actividade relacionada” das Info Ops, como já vinha do antecedente, reforçando a grande coordenação que deve existir entre estas e os “elementos centrais” e “elementos apoiantes”¹⁸³ das Info Ops, no sentido de os efeitos a provocar sejam maximizados.

Os passos mais recentes na produção doutrinária norte-americana são as revisões da *JP 3-61 Public Affairs* de Maio de 2005 e da *JP 3-13 Information Operations* de Fevereiro de 2006. Ambas parecem envidar esforços para, desta feita, marcar uma clara divisão entre Info Ops e PA, mantendo, no entanto, esta como actividade relacionada daquela pela contribuição já anteriormente determinada para contrariar a desinformação e propaganda adversárias. A *JP 3-13* reconhece que os PA actuam no domínio cognitivo da audiência alvo, mas apenas lhes atribui o objectivo de “informar” baseada numa qualidade de informação classificada como “precisa”¹⁸⁴. O objectivo dos PA aparece agora como o de providenciar informação verdadeira, precisa e atempada, de forma a manter o publico informado sobre a missão dos militares e das suas operações, contrariando a propaganda adversária, dissuadindo as suas acções, e manter a confiança da população dos EUA, dos seus amigos e aliados. Reconhece, no entanto, que a actividade dos PA afecta e é afectada pela actividade PsyOps, pela imperiosa necessidade de manter a coerência das mensagens a difundir, e portanto têm de ser cuidadosamente planeadas e executadas em coordenação com estas¹⁸⁵.

Concluir-se-á esta análise da evolução doutrinária com referências a duas publicações da OTAN já abordadas neste trabalho e que, por ainda não estarem aprovadas não constituem doutrina da organização, mas que apontam a direcção genérica que ela pretende seguir, neste domínio. Assim, como referimos no capítulo introdutório, o *AJP-01(C) (RD)* entende as Info Ops como “acções coordenadas para criar os efeitos desejados na vontade, compreensão e capacidades dos adversários, potenciais adversários e outras partes aprovadas [...] afectando a sua informação, processos e sistemas de informação, enquanto se explora e protege os próprios” com o objectivo de “influenciar a vontade, e afectar a compreensão e as capacidades que

¹⁸³ Este manual define como a EW, as CNO, o *Computer Network Attack*, a *Computer Network Defense*, a *Computer Network Exploitation*, as PsyOps, a MD e a OPSEC como “elementos centrais” das Info Ops e a Destruição Física, a *Information Assurance*, a Segurança Física, a Contra-Decepção, a Contra-Propaganda, e a Contra-Informação como “elementos apoiantes das InforOps. Estabelece a PI e as *Civil-Military Operations* como actividades relacionadas.

¹⁸⁴ U.S.JCS - [Em linha] - Joint Publication 3-13 Information Operations. 2006. <http://www.dtic.mil/doctrine/>, p. I-7.

¹⁸⁵ U.S.JCS - [Em linha] - Joint Publication 3-61 Public Affairs. 2005. <http://www.dtic.mil/doctrine/>, p. xi.

possibilitam a compreensão ou o exercer da vontade do decisor”¹⁸⁶. Esta definição assume já a perspectiva da EBAO, que preconiza a utilização completa e integrada das actividades levadas a cabo por todos os instrumentos de poder da Aliança¹⁸⁷ como contributo para a criação dos efeitos que permitem atingir os objectivos estratégicos da campanha. Este manual considera a PI como uma função conjunta claramente diferenciada das Info Ops, atribuindo-lhe o papel de aumentar o conhecimento e a compreensão das audiências chave sobre a missão, tanto no interior como para além da Área de Operações Conjunta (*Joint Operations Area* - JOA). Reconhece que o estilo e natureza da cobertura noticiosa da operação militar, terá um efeito predominante sobre a percepção pública.

O quarto *study draft* da AJP-3.10 *Allied Joint Doctrine for Information Operations* tem a montante a MC 422/2 *NATO Information Operations Policy Paper* de 2005 e integra a PI como actividade relacionada das Info Ops, pelo seu contributo na criação dos efeitos com que as Info Ops pretendem atingir a sua finalidade. Um desses efeitos procura afectar a informação disponível a um decisor adversário afectando a sua compreensão de uma determinada situação e logo a sua percepção¹⁸⁸. Na perspectiva da publicação a PI é uma actividade não-cinética capaz de contribuir para a criação de um efeito ou efeitos desejados, pela comunicação de informação a varias audiências através dos media locais, regionais e internacionais. Esta é uma publicação em evolução que continua a levantar reservas por parte dos especialistas da PI da OTAN estando prevista já nova revisão.¹⁸⁹

III.3. Análise

Esta incursão na história do relacionamento entre militares e media e na doutrina das actividades militares que regem essa relação ou que com ela interagem, permite observar uma alteração na sua forma e natureza. Como se viu, inicialmente, e a partir da consciencialização de efeitos tidos como negativos da difusão noticiosa após a guerra do Vietname, procurou-se anulá-los pela exclusão dos media das operações militares. A pressão do argumento da liberdade de imprensa e os desenvolvimentos tecnológicos no campo das comunicações retiraram aos militares essa possibilidade de exclusão, pelo que se procurou controlar o acesso e a produção noticiosa, no sentido minimizar os efeitos negativos. A consciencialização de efeitos tidos como desejáveis para as operações militares, nomeadamente o facto de a difusão noticiosa favorável

¹⁸⁶ Vide p. 21.

¹⁸⁷ São considerados pela OTAN, 3 instrumentos de poder: o diplomático, o económico e o militar. NATO - AJP-01(C) *Allied Joint Doctrine (Ratification Draft)*, p. 2-18. O manual oferece ainda uma perspectiva do instrumento informação como quarto instrumento de poder, não consensual entre todos os parceiros da Aliança, por alguns considerarem que este último está já contido nos três anteriores, funcionando como um seu facilitador.

¹⁸⁸ NATO - AJP-3.10 *Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft)*, p. 1-4.

¹⁸⁹ Cfr. COFT - Relatório da "Reunião do NATO PsyOps Working Group/Conferência de PsyOps NATO Bi-SC", 2006 (RESERVADO)

poder aumentar o apoio público às operações é responsável pela inflexão verificada no sentido da integração da actividade mediática. De facto, deixou de se contemplar apenas a mera contenção de efeitos não desejáveis para passar a considerar a contribuição de efeitos desejáveis para atingir objectivos pretendidos. Nessa mesma linha de pensamento a PI¹⁹⁰ deixou de ser uma actividade militar apenas preocupada em controlar ou facilitar o trabalho dos media, para passar a ser uma capacidade militar fundamental perfeitamente integrada no planeamento e condução das operações militares.

A evolução detectada não deixa dúvidas que a doutrina das operações militares se alterou significativamente face aos potenciais efeitos da difusão noticiosa em tempo-real considerados no primeiro e segundo capítulos.

A terminologia utilizada nas publicações analisadas mostra que a doutrina actual preconiza a utilização dos efeitos da difusão noticiosa em tempo-real para atingir objectivos militares. A possibilidade de influenciar a compreensão e a percepção de uma situação pela difusão de informação através dos media, tal como é preconizado na actual doutrina da amostra analisada, implica contribuir para a construção da realidade que ocorre no domínio cognitivo da audiência-alvo sobre essa situação. A colocação intencional de dados no domínio da informação, leva a percepção de cada indivíduo a construir, no seu domínio cognitivo, uma compreensão particular da situação, a sua própria realidade sobre o acontecimento. Como se viu no capítulo inicial, esta sequência de eventos pode ocorrer em função da difusão noticiosa em tempo-real. Numa operação militar interessará, portanto, a utilização deste processo, no sentido de que a compreensão gerada no domínio cognitivo da audiência-alvo sobre a situação seja a que se deseja. Este processo serve genericamente dois propósitos: garantir apoio público internacional, doméstico e local à operação em causa, e afectar favoravelmente a decisão adversária. Trata-se, portanto, de colocar dados no domínio da informação disponível às audiências-alvo que produzam o efeito pretendido. Ora essa colocação de dados no domínio da informação não é mais do que, em termos muito simplificados, a difusão pública das notícias, na forma, no momento e o com o conteúdo que se avalia provocar esse efeito. Significa isto que a missão primaria da actividade de PI, enquanto principal capacidade militar cuja doutrina permite o relacionamento directo com os media internacionais, se torna a colocação intencional de dados no domínio da informação disponível às audiências-alvo através da disponibilização de conteúdos informativos aos media. A produção destes conteúdos informativos tem de ter em consideração os efeitos que se pretendem provocar. Voltando ao modelo adaptado de Alberts,

¹⁹⁰ Passar-se-á a referir apenas o acrónimo PI em referência quer a actividade de PI, quer à actividade de PA ou *Media Operations*, tal como é referida respectivamente nos EUA e no RU.

[et. al.], considerado no primeiro capítulo, poder-se-á concluir que as Info Ops e a PI contemplam a capacidade de conduzir acções sobre o domínio da informação, provocando, além de outros, efeitos no domínio cognitivo (Fig. 2).

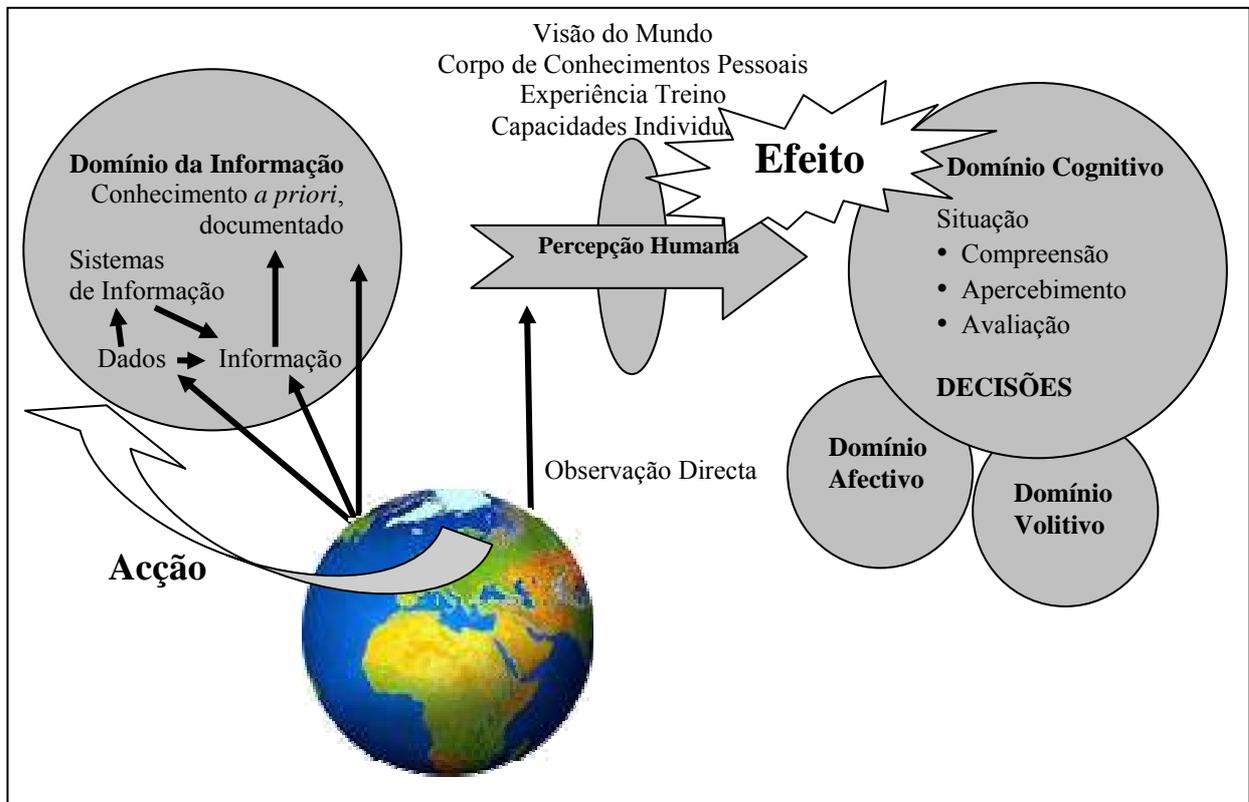


Figura 2 – Operações no ambiente da informação (Ver p. 21).

A produção de conteúdos informativos e a sua difusão são acções sobre o domínio da informação que, através dos efeitos reconhecidos da difusão noticiosa em tempo-real, afectam primeiramente o domínio cognitivo das audiências alvos, provocando uma alteração da compreensão, apercebimento e avaliação da situação e, conseqüentemente e nos casos em que tal se aplique, uma alteração da decisão de um adversário. Provocam, além disso e tal como se estabeleceu no primeiro capítulo¹⁹¹, efeitos a longo prazo sobre o património cognitivo das audiências podendo, conforme o grau de envolvimento, determinar uma mudança afectiva e comportamental relativamente à situação em causa.

Um outro fenómeno de extrema importância pode ser observado nesta evolução. Num processo de comunicação, quanto menos filtros existirem entre o emissor e o receptor, maior é a probabilidade de que a mensagem chegue a este último mais intacta. Os media constituem-se tradicionalmente como emissores fazendo chegar os conteúdos informativos aos receptores, ou seja as audiências. Processos como os aflorados no primeiro capítulo relativamente às notícias,

¹⁹¹ Vide p. 9 a 12.

nomeadamente o *gatekeeping*, o enquadramento e a “espiral do silêncio”, influem na produção dos conteúdos informativos alterando-os de forma mais ou menos intencional. A evolução analisada permite detectar que, na difusão noticiosa em tempo-real das operações militares, os media deixaram gradualmente de ser os emissores para passarem a ser, em grande parte, apenas um *media*, no seu sentido mais restrito. Os imperativos da difusão noticiosa em tempo-real que obrigaram os militares a uma permanente disponibilidade de veiculação de informação para os media, permitiu que aqueles se tornassem os verdadeiros emissores, e que nos esforços para que as suas mensagens contribuíssem para a prossecução dos objectivos das operações militares, procurassem atingir directamente as audiências alvo com o mínimo de interferência dos media. Essa tentativa está bem patente já durante a operação *Allied Force*, na qual se pretendeu inundar os media com as mensagens que se entendiam veicular para duas audiências-alvo, a liderança sérvia e a opinião pública internacional. Sobrecarregando os media com a informação dos briefings militares nas alturas críticas dos directos noticiosos, deixa de haver espaço para a análise e a reflexão intermédia levada a cabo pelo jornalista ou comentador, e deixa de ser possível o *gatekeeping* editorial. A mensagem passa intacta. Os dados assim colocados no domínio da informação sofrem menos alterações e poderão produzir um efeito mais previsível no domínio cognitivo da audiência-alvo.

A análise da doutrina em consideração revela que a actividade PI aparece intimamente relacionada com as Info Ops havendo por vezes dificuldade em traçar uma nítida separação. A íntima relação da PI com as Info Ops resulta da contribuição daquela actividade para a colocação coordenada e complementar de dados no domínio da informação, de onde advém a necessidade de intensa coordenação com as demais actividades. Recentemente, parece haver uma maior preocupação da doutrina conjunta norte-americana no sentido de marcar essa separação entre PI e Info Ops. Julga-se que tal se deve à preocupação de distinguir o facto de que, enquanto a PI tem como princípio fundamental a difusão de factos verdadeiros, as Info Ops envolvem por vezes a distorção, a negação, a degradação, invenção e manipulação de factos, todos termos de conotação negativa perante a sociedade, em geral, e os media em particular, pelo que tal distinção se torna crucial.

De facto, importa salientar que é princípio fundamental da PI, expresso em toda a doutrina considerada, que a informação veiculada para os media tem de ser verdadeira, factual e atempada, mas tal princípio não é incompatível com o carácter influenciador que hoje se confere à PI.

Também grande parte da publicidade e do *marketing* se baseia sobretudo em verdades e factos sobre os produtos e serviços em causa, e utilizam sofisticadas técnicas de influência sobre as

cognições, afeições e volições dos consumidores. Este *modus operandi*, sujeito a maior ou menor crítica, é, não obstante, aceite como parte integrante do funcionamento das economias de mercado.

Os objectivos, técnicas e processos utilizados em algumas das actividades coordenadas pelas Info Ops, designadamente nas PsyOps, são em muito semelhantes a estas campanhas publicitárias ou estratégias de *marketing*. Na sua vertente ofensiva não-cinética e não letal, trata-se da colocação de dados no domínio da informação, capazes de afectar os domínios cognitivo, afectivo e volitivo das audiências-alvo, de modo as que estas actuem da forma que se pretende. Entre as que actuam por influência indirecta e directa no domínio afectivo e volitivo encontram-se primordialmente as PsyOps e a CIMIC. As que pretendem influenciar indirectamente o domínio cognitivo são a MD e a PI, encontrando-se entre estas actividades uma região que materializa a soleira da porta entre a verdade e a mentira. Á MD é permitido deambular nessa soleira, ora de um lado, ora de outro. Á PI não é permitido transpor a porta para o lado da mentira.

É claro que esta nova forma de conceber a PI traz consigo mudanças, não só na forma de pensar, mas também na forma como os militares se organizam hoje para planear e conduzir as operações militares utilizando os media como um “instrumento de guerra”. O surgimento das Info Ops e a evolução para o conceito mais abrangente de EBAO tornam primordiais os processos de coordenação entre todas as actividades militares que concorrem para a produção dos efeitos desejados. O *targeting* deixa de ser essencialmente um processo de selecção de alvos físicos e meios correspondentes para a sua destruição material e passa a ter de ser considerado um processo global que inclui todos os meios cinéticos e não cinéticos, capazes de provocar efeitos letais e não-letais sobre alvos existentes nos domínios físico, da informação e da mente humana. A doutrina analisada preconiza hoje a constituição de fóruns de *targeting* conjunto como o *Joint Targeting Working Group (JTWG)* na doutrina OTAN¹⁹² ou o *Joint Targeting Coordination Board (JTCB)* na doutrina conjunta norte-americana¹⁹³, do qual fazem parte representantes das Info Ops e da PI. Seleccionados os alvos e os efeitos a provocar sobre cada um deles, identificam-se os meios através dos quais se irá provocar determinado efeito. Dependendo do efeito pretendido, caberá á PI um papel mais decisivo ou mais apoiante na criação desse efeito, e que se traduzirá concretamente na forma e conteúdo específico das mensagens a difundir, media a utilizar, momento de difusão e audiências-alvo. Poderá assim

¹⁹² Ver NATO - AJP-3.10 Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft), p 1-6, 2-1 a 2-3, ANNEX 2A, 3-5, e 4-3.

¹⁹³ U.S.JCS - [Em linha] - Joint Publication 3-13 Joint Doctrine for Information Operations. p. V-5.

caber ao Oficial de PI da Força Conjunta (*Joint Force PI Officer – JFPIO*) ou ao Comandante da Força Conjunta (*Joint Force Commander – JFC*) a missão de conduzir um briefing aos media internacionais, transmitido em tempo-real para uma audiência global na qual se incluem os decisores adversários, com o objectivo de veicular uma mensagem destinada a contribuir, em conjunto com outras acções, para a dissuasão de uma modalidade de acção adversária. Adicionalmente, é hoje preconizado que as Info Ops possuam uma célula específica e independente na constituição do EM das forças, directamente envolvida e representada no Grupo de Planeamento Operacional (*Operational Planning Group – OPG*), responsável pela elaboração de um anexo específico das Info Ops aos planos e ordens. O seu fórum próprio de coordenação, a *Information Operations Coordination Board (IOCB)*, tem um lugar reservado a um representante da PI.

A PI deixou de ser, por isso, uma actividade meramente complementar das operações militares passando a ser uma “função operacional”¹⁹⁴.

III.4. Síntese Conclusiva

Ao longo deste capítulo, estabeleceu-se a existência de uma evolução doutrinária na forma como os militares lidam com os media, com a difusão noticiosa em tempo-real e com o seu impacto nas operações militares. Em traços gerais, dir-se-á que houve evolução desde a exclusão até à integração da actividade dos media nas operações. Os efeitos genéricos da difusão noticiosa em tempo-real tornaram-se uma oportunidade a explorar no âmbito de conceitos emergentes como as Info Ops e a EBAO.

Poder-se-á considerar que existem hoje dois COG fundamentais em grande parte das operações militares, e que podem frequentemente ser atingidos pela exploração de oportunidades no domínio da difusão noticiosa em tempo-real: a liderança adversária e as opiniões públicas. Essas oportunidades materializam-se na forma pela qual é possível influenciar o domínio cognitivo dos indivíduos que compõem esses COG, colocando intencionalmente dados no domínio da informação, ou seja pela veiculação de mensagens específicas contidas na difusão do conteúdo informativo das principais cadeias noticiosas internacionais, de tal forma que contribuam para a formação de determinada compreensão sobre a operação militar, situação ou acontecimento. E hoje, os imperativos da difusão em tempo-real permitem aos militares transformarem-se no verdadeiro emissor, fazendo chegar mais directamente essas mensagens aos receptores pretendidos.

¹⁹⁴ U.S.JCS - [Em linha] - Joint Publication 3-61 Public Affairs. p. III-2.

Identificaram-se, portanto alterações na forma de lidar com os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real, traduzidas em novos “princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio dos seus objectivos”, ou seja nova doutrina¹⁹⁵. Estas alterações doutrinárias e também organizacionais espelham uma adaptação do meio militar aos desenvolvimentos que ocorrem na sociedade em geral e na actividade mediática em particular. Se é certo que tal adaptação parece ser decorrente de um processo de transformação mais vasto assente no paradigma da era da informação, também se poderá afirmar que ela ocorre devido às implicações observadas da difusão noticiosa em tempo-real. Este processo constitui pois uma adaptação da instituição militar aos desenvolvimentos dos media, ou seja a um processo de mudança institucional, o que, como se viu no capítulo inicial, corresponde a um efeito específico da difusão das notícias.

¹⁹⁵De acordo com o conceito adoptado no Corpo de Conceitos.

“A excelência suprema consiste em quebrar a resistência inimiga sem combater.”

Sun Tzu¹⁹⁶

Conclusão

Este estudo pretendeu investigar a forma como a difusão de notícias em tempo-real pelos media afecta o planeamento e condução das operações militares. O objectivo da investigação definido previa averiguar as alterações na doutrina das operações militares que derivam dos efeitos desta actividade mediática, estabelecendo o modo como estes efeitos são hoje aproveitados para atingir objectivos militares. Limitou-se a investigação às alterações produzidas na doutrina de forças armadas pertencentes a sociedades ocidentais democráticas, em consequência dos efeitos de um fenómeno mediático também caracterizado dentro deste tipo de sociedades. As conclusões desta investigação não podem, por isso, estender-se para fora desta delimitação sem estudos apropriados.

Pretendeu-se responder à questão central:

De que forma os efeitos da difusão noticiosa em tempo-real motivaram alterações na doutrina das operações militares?

Assim, procurou inicialmente estabelecer-se a existência de processos que ocorrem em função da difusão noticiosa em tempo-real e que afectam as audiências. Estabeleceu-se que processos como o enquadramento e o agendamento podem provocar, essencialmente no domínio cognitivo dos indivíduos, efeitos como a atribuição de maior relevo e importância aos assuntos noticiados e a construção da realidade sobre os mesmos, ou seja a compreensão que o individuo faz da situação. Estes efeitos sobre o domínio cognitivo dos indivíduos têm o potencial de afectar a decisão de duas formas: directamente, pelo modo como a compreensão que dessa forma se gera sobre a realidade na mente do decisor influencia a decisão a tomar; indirectamente, pelo modo como a compreensão que dessa forma se gera contribui para a formação da opinião pública, actuando esta, por sua vez, como forma de pressão sobre o decisor.

Estabeleceu-se, de seguida, que os efeitos assim identificados afectam o planeamento e condução das operações militares aos vários níveis. Verificámos que estes condicionam a decisão, restringem a liberdade de acção, limitam as opções, e ameaçam a segurança operacional, comprimindo os níveis tradicionais das operações militares e os ciclos de decisão. Nessa fase do estudo, considera-se ter sido validada a primeira hipótese enunciada:

– *A difusão noticiosa em tempo-real tem efeitos que afectam as operações militares.*

¹⁹⁶ TZU, Sun - A Arte da Guerra, (s.d.).

Por fim, verificou-se uma evolução na doutrina que orienta o planeamento e condução das operações militares no âmbito das actividades militares potencialmente relacionadas com a difusão noticiosa em tempo real. Verificou-se que, motivada pela consciencialização dos efeitos identificados, a doutrina evoluiu no sentido da integração da capacidade potencial de os utilizar para afectar o domínio cognitivo de audiências alvo, afectando assim dois COG fundamentais para as operações militares: as opiniões públicas e os decisores adversários. Essa integração existe hoje na doutrina de dois tipos de capacidades intimamente relacionadas, as Info Ops e a PI. Considera-se assim validada a segunda hipótese enunciada:

- *A actual doutrina das operações militares integra as possibilidades da difusão noticiosa em tempo-real como capacidade de produzir efeitos pretendidos.*

Validadas as hipóteses, considera-se ter respondido, da forma acima descrita, à questão central.

Dada a direcção em que se desenvolveu a investigação considera-se que este estudo é uma mera reflexão académica sobre a importância dos media para as operações militares na actual fase de transição das sociedades para a era da informação. Julga-se que poderá ser o ponto de partida para futuras investigações sobre a forma como Portugal, a Defesa Nacional e as Forças Armadas pretendem encarar esta evolução doutrinária e que medidas concretas têm de ser equacionadas, neste âmbito. O debate não será com certeza pacífico porque deambulará certamente na mesma soleira da porta que separa a verdade e a mentira, o factual e a manipulação, a informação e a propaganda. Os militares procuram atingir os seus objectivos da forma mais eficaz, cada vez mais na senda da *manoeuvrist approach*¹⁹⁷ preconizada desde Sun Tzu. Os profissionais dos media defendem a liberdade de imprensa, o primado da verdade e da objectividade sobre o das boas intenções.

Recomendam-se assim, as seguintes investigações futuras no âmbito deste tema:

- Sobre os problemas do foro deontológico que se levantam para militares e media, e para a sociedade, ao se assumir a possibilidade de utilização dos media como capacidade para atingir objectivos militares, incluindo consequências de tal abordagem, na perspectiva de os media se poderem tornar um alvo legítimo de destruição física;
- Sobre a importância da utilização das capacidades dos media como instrumento de *soft power*, ao alcance dos pequenos estados como Portugal, numa abordagem transversal aos instrumentos de poder nacional;

¹⁹⁷ NATO - AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft), , p. 5-2 e 5-3, e JDCC - [Em linha] - Joint Warfighting Publication 0-01 British Defence Doctrine. p. 3-5. Abordagem às operações que preconiza a destruição da coesão e vontade de um adversário em vez da sua força física.

- Sobre a Transformação da Defesa no âmbito da utilização da PI enquanto capacidade relacionada com as Info Ops e na perspectiva da EBAO, abordando medidas concretas relativas à produção de doutrina, organização de unidades, formação e treino;
- Sobre a integração de capacidades de Info Ops e PI aos vários níveis das operações militares em que Portugal participa com Forças Nacionais Destacadas, onde haja outra presença militar portuguesa, e os interesses nacionais o justifiquem.

Bibliografia

Livros

ALBERTS, David S., [et al.] - **Understanding Information Age Warfare**. 3ª ed., Washington: CCRP, 2004. ISBN 1-893723-04-6.

ALBERTS, David S., [et al.] - **Network Centric Warfare: Developing and Leveraging Information Superiority**. 2ª ed., Washington: CCRP, 2000. ISBN 1-57906-019-6.

BOURDON, Jérôme - **Introdução aos media**. Porto: Campo das Letras, 2006. ISBN 972-610-714-8.

BRANDÃO, Nuno G. - **Prime time: Do que falam as notícias dos telejornais**. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2006. ISBN 972-46-1632-0.

CHOMSKY, Noam - **A Manipulação dos Media: Os Efeitos Extraordinários da Propaganda**. 3ª ed., Mem Martins: Inquérito, 2002. ISBN 972-670-406-5.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. - **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Pantheon Books, 2002. ISBN 0-37571-449-9.

CLARK, Wesley K. - **Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano**. Lisboa: Temas & Debates, 2004. ISBN 972-759-708-4.

CLARK, Wesley K. - **Waging modern war: Bosnia, Kosovo and the future of combat**. 2ª ed., New York: Public Affairs, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl Von - **Da Guerra**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, (s.d.).

CORREIA, Fernando - **Jornalismo, grupos económicos e democracia**. Lisboa: Caminho, 2006. ISBN 972-21-1765-3.

CORREIA, Fernando - **Os jornalistas e as notícias**. 4ª ed., Lisboa: Caminho, 2003. ISBN 972-21-1165-5.

CREVELD, Martin Van - **The art of war: war and military thought**. London: Cassel & Co, 2000. ISBN 0-304-35264-0.

DIXON, Norman - **A Psicologia da Incompetência dos Militares**. 2ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2005. ISBN 972-20-2728-X.

GORDON, Michael R. e TRAINOR, Bernard E. - **The Generals' War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf**. Boston: Back Bay Books, 1995. ISBN 0-316-32100-1.

HALLIN, Daniel C. - **The "Uncensored War": The media and Vietnam.** 3ª ed., Berkeley: The University of California Press, 1989. ISBN 0-520065-43-3.

MACHADO, Miguel e CARVALHO, Sónia - **Exército e Imprensa.** Lisboa: Prefácio, 2004. ISBN 972-8816-37-5.

McQUAIL, Denis - **Teoria da Comunicação de Massas.** 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1021-0.

MESQUITA, Mário - **O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea.** Coimbra: Minerva, 2003. ISBN 972-798-083-x.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth - **The spiral of silence: public opinion - our social skin.** 2ª ed., Chicago: The University of Chicago Press, 1993. ISBN 0-226-58936-6.

PEREIRA, Carlos Santos - **Guerra da Informação: Militares e Media em Cenários de Crise.** Lisboa: Gradiva, 2005. ISBN 972-8799-28-4.

RAMONET, Ignacio - **A Tirania da Comunicação.** 5ª ed., Porto: Campo das Letras, 1999. ISBN 972-610-193-x.

SANTOS, José Rodrigues dos - **A Verdade da Guerra - Da Subjectividade, Do Jornalismo e Da Guerra.** 2ª ed., Lisboa: Gradiva, 2002. ISBN 972-662-867-9.

SAPERAS, Enric - **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas.** Porto: Asa, 1993. ISBN 972-41-1134-2.

SCHWARTZKOPF, H. Norman - **It doesn't take a hero.** New York: Bantam Books, 1992. ISBN 978-0-553-56338-6.

STROBEL, Warren P. - *The Media and U.S. Policies Toward Intervention: A Closer Look at the "CNN" effect*, in **Managing Global Chaos: Sources of and Responses to International Conflict**, 5ª ed. C. CROCKER, F. O. HAMPSON and P. AALL, Washington D.C.: U. S. Institute of Peace Press, 2000. ISBN 1-878379-58-5.

TELO, António José - *Transformação da defesa ou revolução militar?*, in **A transformação da defesa**, A. Militar, Lisboa: Prefácio, 2006. ISBN 972-8816-86-3.

TOFFLER, Alvin - **A Terceira Vaga.** Lisboa: Livros do Brasil, 1984. ISBN 972-38-0991-5.

TOFFLER, Alvin e TOFFLER, Heidi - **War and anti-war: Survival at the dawn of the 21st century.** Boston: Little, Brown and Company, 1993. ISBN 0-316-85024-1.

TZU, Sun - **A Arte da Guerra.** Mem Martins: Publicações Europa-América, (s.d.).

WOLF, Mauro - **Teorias da Comunicação**. 9ª ed., Barcarena: Presença, 2006. ISBN 972-23-1440-8.

Artigos de Revistas e Publicações Periódicas

DUFFY, Michael, [et al.] - The Ghosts of Haditha. "Time". Amsterdam: Time Warner Publishing. 167:24 (2006) 48 a 59.

GONÇALVES, Telmo - "Opinião Pública, Media e Estratégia das Potências nas Democracias Modernas", in **Anais do Clube Militar Naval**. CXXII: 10 a 12 (2002) 813-832.

McGEARY, Johanna - The scandal's growing stain. "Time". Amsterdam: Time Warner Publishing. 163:20 (2004)

MIRACLE, Tammy L. - The Army and Embedded Media. "Military Review". Fort Leavenworth, KA: USACGSC. ISSN 1067-0653. Sep-Oct (2003) 30-35.

PAYNE, Kenneth - "The Media as an Instrument of War", in **Parameters**. Spring 2005 (2005) 81-93.

Teses, Dissertações e Outros Trabalhos Académicos

BELKNAP, Margaret H. - **The CNN Effect: Strategic Enabler or Operational Risk?** Pennsylvania: U.S. Army War College, 2001.

BLY, Theresa - **Impact of public perception on US national policy: a study of media influence on military and government decision making**. Monterey CA: Naval Postgraduate School, 2002.

GOEBEL, Douglas J. - [Em linha] - **Military-Media Relations: The Future Media Environment and its Influence on Military Operations**. 1995. Acedido em 14Set06. Disponível na WWW: www.au.af.mil/au/awc/awcgate/acsc/97-0307.pdf

GOWING, Nik - **Real Time Television Coverage of Armed Conflicts and Diplomatic Crises: Does it Pressure or Distort Foreign Policy Decisions?** Cambridge, MA: Harvard University, 1994.

LIVINGSTON, Stephen - **Clarifying the CNN effect: An examination of media effects according to type of military intervention**. Cambridge, MA: Harvard University, 1997.

SNYDER, John B. - **Seeing Through the Conflict: Military-Media Relations**. Pennsylvania: U.S. Army War College, 2003.

Publicações Doutrinárias

Nacionais

EMA - **PGA 4: Relacionamento com os Órgão de Comunicação Social.** Lisboa: EMA, 2006.

EME - **ME -1500 5ª Repartição: Assuntos Cívicos\Relações Públicas e Operações Psicológicas.** Pedrouços: IAEM, 1976.

EME - **Regulamento de Campanha: Operações.** Pedrouços: Instituto de Altos Estudos Militares, 2005.

OTAN

NATO - **AAP-6(V) NATO Glossary of terms and definitions.** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2006a.

NATO - **AJP-01(B) Allied Joint Doctrine.** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2002a.

NATO - **AJP-01(C) Allied Joint Doctrine (Ratification Draft).** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2006b.

NATO - **AJP-3 Allied Joint Operations.** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2002b.

NATO - **AJP-3.10 Allied Joint Doctrine for Information Operations (4th Study Draft).** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2006c.

NATO - **AJP-3.10.1 NATO Psychological Operations Doctrine.** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2005.

NATO - **AJP-5 Allied Joint Doctrine for Operational Planning (Ratification Draft).** Bruxelas: NATO Standardization Agency, 2006d.

NATO - **MC 457 NATO Military Policy on Public Information.** Bruxelas: Military Committee, 2001.

NATO – **MC 422/1 NATO Information Operations Policy.** Bruxelas: Military Committee, 2002.

NATO – **MC 422/2 NATO Information Operations Policy Paper.** Bruxelas: Military Committee, 2005.

Estados Unidos da América

TRADOC - [Em linha] - **Pamphlet 525-69 Concept for Information Operations**. 1995. Acedido em 16Set2006. Disponível na WWW: <http://www.tradoc.army.mil/tpubs/pams/p525-69.htm>

U.S.ARMY - [Em linha] - **Field Manual 3- 13 Information Operations: Doctrine, Tactics, Techniques, and Procedures**. 2003. Acedido em 13Set2006. Disponível na WWW: <https://atiam.train.army.mil/soldierPortal/>

U.S.ARMY - [Em linha] - **Field Manual 5-0 Army Planning and Orders Production**. United States Army, DoD. 2005. Disponível na WWW: <http://www.adtdl.mil>.

U.S.ARMY - [Em linha] - **Field Manual 46-1 Public Affairs**. 1992. Acedido em 23Mai2006. Disponível na WWW: <https://atiam.train.army.mil>

U.S.ARMY - [Em linha] - **Field Manual 46-1 Public Affairs**. 1997. Acedido em 23Mai2006. Disponível na WWW: <https://atiam.train.army.mil/soldierPortal/atia/adlsc/view/public/9448-1/fm/46-1/default.htm>

U.S.ARMY - [Em linha] - **Field Manual 100-6 Information Operations**. 1996. Acedido em 23Mai2006. Disponível na WWW: http://www.infoguerre.com/fichiers/fm100_6.pdf

U.S.JCS - [Em linha] - **Joint Publication 3-13 Information Operations**. 2006. Acedido em 13Set2006. Disponível na WWW: <http://www.dtic.mil/doctrine/>

U.S.JCS - [Em linha] - **Joint Publication 3-13 Joint Doctrine for Information Operations**. 1998. Acedido em 13Set2006. Disponível na WWW: <http://www.dtic.mil/doctrine/>

U.S.JCS - [Em linha] - **Joint Publication 3-61 Public Affairs**. 2005. Acedido em 13Set2006. Disponível na WWW: <http://www.dtic.mil/doctrine/>

Reino Unido

JDCC - [Em linha] - **Joint Warfare Publication 3-45 Media Operations**. 2002a. Acedido em 12Set2006. Disponível na WWW: <http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>

JDCC - [Em linha] - **Joint Warfighting Publication 0-01 British Defence Doctrine**. 2001. Acedido em 15Jul2006. Disponível na WWW: <http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>

JDCC - [Em linha] - **Joint Warfighting Publication 3-80 Information Operations**. 2002b. Acedido em 12Set2006. Disponível na WWW: <http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/CorporatePublications/DoctrineOperationsandDiplomacyPublications/JWP/>

Documentos Oficiais

COFT - **Relatório da "Reunião do NATO PsyOps Working Group/Conferência de PsyOps NATO Bi-SC"**. Bratislava: OTAN, 2006.

GONÇALVES, Paulo - **Sebenta de Relações Públicas: Guia de Relações com a Imprensa para a Força Aérea Portuguesa**. Lisboa: EMFA, 2006.

Recursos Digitais

HOUAISS, António - **Dicionário Electrónico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Outros Recursos da Internet

AAVV - [Em linha] - **The American Heritage® Dictionary of the English Language**. 2004. Acedido em 06Sep2006. Disponível na WWW: <http://www.answers.com/topic/stockholm-syndrome>

AUKOFER, Frank e LAWRENCE, William P. - [Em linha] - **America's Team. The Odd Couple: A report on the relationship between the military and the media**. The Vanderbilt University. 1995. Disponível na WWW: <http://www.freedomforum.org/publications/first/mediaandthemilitary/americansteamfull.pdf>.

MANN, Edward - [Em linha] - **Thunder and Lightning**. 1995. Acedido em 14Abr06. Disponível na WWW: <http://aupress.au.af.mil/Books/b-2/manncont.htm>

SIDLE, Winant - [Em linha] - **Final Report of the CJCS Media-Military Relations Panel** 1984. Acedido em 16Ago2006. Disponível na WWW: <http://www.ndu.edu/library/epubs/20030710a.pdf>

SMITH, Edward A. - [Em linha] - **Effects Based Operations: Applying Network Centric Warfare in Peace, Crisis, and War**. CCRP. 2003. Disponível na WWW: http://www.dodccrp.org/html3/pubs_download.html.

USGovernment - [Em linha] - **Final report to congress: Conduct of the Persian Gulf War**. 1992. Acedido em 13Abr2006. Disponível na WWW: <http://www.ndu.edu/library/index.cfm>